



Comissão
Europeia

#SOTEU

ESTADO DA UNIÃO 2021

15 DE SETEMBRO

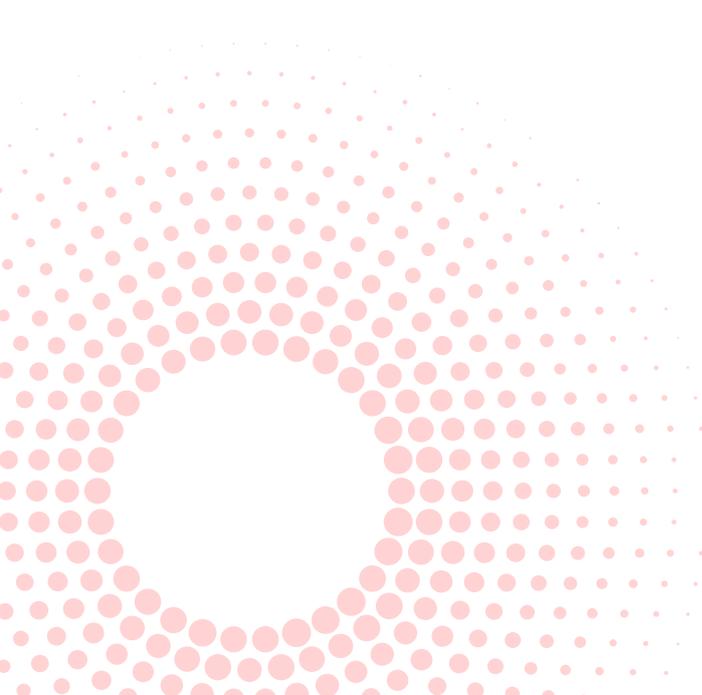
POR URSULA VON DER LEYEN
Presidente da Comissão Europeia

Todos os anos, em setembro, o/a presidente da Comissão Europeia profere o Discurso sobre o Estado da União perante o Parlamento Europeu, fazendo o balanço dos resultados do ano anterior e apresentando as prioridades para o ano seguinte. Nele delinea igualmente a forma como a Comissão tenciona abordar os desafios mais prementes da União Europeia. Segue-se um debate em sessão plenária, que assinala o início do diálogo com o Parlamento Europeu e o Conselho, tendo em vista a elaboração do programa de trabalho da Comissão para o ano seguinte.

Consagrado no Tratado de Lisboa, o Discurso sobre o Estado da União está previsto no Acordo-Quadro de 2010 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, que requer igualmente que o/a Presidente transmita uma carta de intenções ao/à Presidente do Parlamento Europeu e à Presidência do Conselho, na qual apresente de forma pormenorizada as medidas legislativas, e outras iniciativas, que a Comissão tenciona adotar até ao final do ano seguinte.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, proferiu o seu segundo Discurso sobre o Estado da União em 15 de setembro de 2021.

Todos os documentos conexos estão disponíveis no seguinte endereço:
<http://ec.europa.eu/soteu2021>.



ÍNDICE

DISCURSO 2021	3
CARTA DE INTENÇÕES DIRIGIDA AO PRESIDENTE DAVID MARIA SASSOLI E AO PRIMEIRO-MINISTRO JANEZ JANŠA	21
REALIZAÇÕES	26
1. ABRIR CAMINHO PARA A SAÍDA DA CRISE SANITÁRIA MUNDIAL.....	29
2. A PROMESSA HISTÓRICA DO NEXTGENERATIONEU....	35
3. ASSEGURAR UMA EUROPA MAIS ECOLÓGICA, MAIS DIGITAL E MAIS JUSTA DO PONTO DE VISTA SOCIAL.....	42
4. GEOPOLÍTICA DO MUNDO PÓS-PANDEMIA.....	56
5. CONSTRUIR, JUNTOS, O FUTURO DA EUROPA.....	62
CRONOLOGIA	63

**ESTADO
DA UNIÃO**

DISCURSO 2021

FORTALECER A ALMA DA NOSSA UNIÃO

Introdução

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Muitas pessoas sentem que as suas vidas ficaram suspensas enquanto o mundo continuou a avançar rapidamente.

A rapidez dos acontecimentos e a magnitude dos desafios são por vezes difíceis de apreender.

Este tem sido, igualmente, um momento de balanço e introspeção. Das pessoas que reavaliam as suas vidas até aos debates mais amplos sobre a partilha de vacinas e valores partilhados.

Porém, quando recorro ao ano que passou e olho para o presente estado da União, vejo uma alma forte em tudo o que fazemos.

Robert Schuman afirmou, em tempos: *A Europa necessita de uma alma, de um ideal, e da vontade política para servir esse ideal.*

A Europa deu vida a estas palavras nos últimos doze meses.

Escolhemos defrontar em conjunto *a maior crise global de saúde do último século*, para que todas as partes da Europa tenham o mesmo acesso a uma vacina que salva vidas.

Escolhemos responder em conjunto *à mais profunda crise económica mundial de há décadas*, com o NextGenerationEU, o instrumento de recuperação da União Europeia.

Escolhemos, enfim, enfrentar em conjunto *a crise planetária mais grave de sempre*, com o Pacto Ecológico Europeu.

Fizémo-lo em conjunto, como Comissão, como Parlamento, como 27 Estados-Membros. Como uma só Europa. E podemos orgulhar-nos disso.

Mas os tempos do coronavírus ainda não chegaram ao fim.

Enquanto a pandemia perdura, a nossa sociedade continua a sofrer — profundamente. Há corações que nunca poderemos remendar, histórias de vida que nunca poderemos concluir e tempo que nunca poderemos devolver aos nossos jovens. Enfrentamos desafios novos e duradouros num mundo que recupera — e se fratura — de forma desigual.

Não haja dúvidas: o próximo ano voltará a pôr-nos à prova.

No entanto, creio que o nosso espírito — a nossa alma — só revela verdadeiramente o seu esplendor quando é posto à prova.

Quando olho para a nossa União, sei que a Europa irá passar este teste.

O que me dá essa confiança é a inspiração que podemos retirar dos jovens europeus.



O nosso espírito — a nossa alma — só revela verdadeiramente o seu esplendor quando é posto à prova.



Porque os nossos jovens deram significado a palavras como empatia e solidariedade. Eles acreditam que temos uma responsabilidade para com o planeta. E, embora estejam preocupados com o futuro, estão determinados em melhorá-lo.

A nossa União será mais forte se for mais semelhante à próxima geração: ponderada, determinada e solidária. Assente em valores e ousada na ação.

Este espírito será mais importante do que nunca nos próximos doze meses. Esta é a mensagem da Carta de Intenções que enviei esta manhã ao Presidente David Sassoli e ao Primeiro-Ministro Janez Janša para definir as nossas prioridades para o próximo ano.

UMA EUROPA UNIDA NA ADVERSIDADE E NA RECUPERAÇÃO

Senhoras e Senhores Deputados,

Um ano é um período muito longo num contexto de pandemia.

Quando aqui estive, há 12 meses, não sabia quando — ou mesmo se — teríamos uma vacina segura e eficaz contra a COVID-19.

Porém, hoje, e contra todas as críticas, a Europa está na vanguarda a nível mundial.

Mais de 70 % dos adultos na UE estão totalmente vacinados. Fomos os únicos a partilhar metade da produção de vacinas com o resto do mundo. Disponibilizámos mais de 700 milhões de doses aos cidadãos europeus, bem como mais de 700 milhões de doses a mais de 130 países do resto do mundo.

Fomos a única região do mundo a fazê-lo.

Uma pandemia é uma maratona, não uma corrida de velocidade.

Escolhemos a via certa, pois escolhemos a via europeia.

Seguimos a ciência.

Cumprimos face à Europa. Cumprimos face ao mundo.

Escolhemos a via certa, pois escolhemos a via europeia. E funcionou!

Todavia, embora tenhamos todas as razões para estarmos confiantes, não temos motivos para ficar complacentes.

A nossa primeira — e mais urgente — prioridade é acelerar a vacinação a nível mundial.

Com menos de 1 % das doses globais administradas em países de baixos rendimentos, a escala da injustiça e o nível de urgência são óbvios. Esta é uma das grandes questões geopolíticas do nosso tempo.

A Equipa Europa está a investir mil milhões de euros para aumentar a capacidade de produção de mRNA em África. Já nos comprometemos a partilhar 250 milhões de doses.



Posso hoje anunciar que a Comissão acrescentará uma nova doação de 200 milhões de doses adicionais em meados do próximo ano.

Trata-se de um investimento na solidariedade, mas também na saúde mundial.

A segunda prioridade é prosseguir os nossos esforços dentro da Europa.

Constatamos divergências preocupantes entre as taxas de vacinação na União.

Temos, por isso, de manter a dinâmica.

A Europa está preparada. Temos 1 800 milhões de doses adicionais garantidas. Tal é suficiente para nós e para a nossa vizinhança, quando for necessário administrar doses de reforço. Façamos tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que esta não se transforme numa pandemia dos não vacinados.

A última prioridade é reforçar a nossa preparação para as pandemias.

No ano passado, disse que era tempo de construir uma União Europeia da Saúde. **Hoje, concretizamos esse desafio, apresentando uma proposta para criar e pôr em funcionamento a HERA.**

Este será um trunfo enorme para enfrentar futuras ameaças para a saúde, numa fase mais precoce e em melhores condições.

Dispomos da capacidade científica e de inovação, dos conhecimentos especializados do setor privado e de autoridades nacionais competentes. Temos agora de reunir tudo isto, incluindo um financiamento maciço.

Assim, proponho uma **nova missão de preparação e resiliência no domínio da saúde em toda a UE**. Esta deve ser apoiada por um investimento da Equipa Europa de 50 mil milhões de euros até 2027.

O nosso objetivo é garantir que nenhum vírus transformará uma epidemia local numa pandemia global. Não há melhor retorno do investimento do que este.

Senhoras e Senhores Deputados,

Os trabalhos sobre a União Europeia da Saúde constituem um grande passo em frente. Gostaria de agradecer a esta Câmara o seu apoio.

Demonstrámos que, quando atuamos em conjunto, conseguimos fazê-lo rapidamente.

Tomemos como exemplo o Certificado Digital da UE:

Até à data, foram emitidos mais de 400 milhões de certificados individuais em toda a Europa. No total, 42 países de 4 continentes apanharam o comboio.

A Comissão apresentou uma proposta em março.

O Parlamento Europeu deu-lhe o apoio necessário!
Três meses depois, estava operacional.

Graças a este esforço conjunto, enquanto o resto do mundo debatia essa possibilidade, a Europa concretizou-a.



Graças a este esforço conjunto, enquanto o resto do mundo debatia essa possibilidade, a Europa concretizou-a.



Fizemos muitas coisas bem. Avançámos rapidamente para criar o SURE. Este programa apoiou mais de 31 milhões de trabalhadores e 2,5 milhões de empresas em toda a Europa.

Aprendemos com as lições do passado, quando estivemos demasiado divididos e demorámos a atuar.

A diferença é flagrante: da última vez, foram necessários oito anos para que o PIB da área do euro regressasse aos níveis anteriores à crise.

Desta feita, prevemos que 19 países regressem aos níveis anteriores à pandemia ainda este ano, ao passo que os restantes o conseguirão no seguinte.

No último trimestre, o crescimento na área do euro ultrapassou tanto o dos EUA como o da China.

Mas isto é apenas o início. As lições da crise financeira devem servir de admoção: nessa altura, a Europa declarou vitória demasiado cedo e pagou o preço por isso. Não repetiremos esse erro.

A boa notícia é que, graças ao NextGenerationEU, o instrumento de recuperação da União Europeia, iremos agora investir tanto na recuperação a curto prazo como na prosperidade a longo prazo.

Abordaremos questões estruturais da nossa economia: das reformas do mercado de trabalho em Espanha, às reformas do regime de pensões na Eslovénia ou à reforma fiscal na Áustria.

Investiremos, num nível sem precedentes, na tecnologia 5G e na banda larga. Não menos importante será o investimento nas competências digitais. Para tal, precisamos da dedicação dos líderes europeus e de um diálogo estruturado ao mais alto nível.

A nossa resposta proporciona uma orientação clara tanto para os mercados como para os investidores.

Porém, quando olhamos para o futuro, temos igualmente de refletir sobre o modo como a crise alterou os contornos da economia — do aumento da dívida ao impacto desigual nos diversos setores, passando pelas novas formas de trabalho.

Para tal, a Comissão relançará o debate sobre a revisão da governação económica nas próximas semanas. O objetivo é chegar a um consenso sobre o caminho a seguir, bem a tempo de 2023.



No contexto da recuperação, o mercado único é o motor da criação de empregos de qualidade e da competitividade.

Senhoras e Senhores Deputados,

Celebraremos em breve os 30 anos do mercado único da UE. Este tem sido, ao longo deste período, o grande impulsionador do progresso e da prosperidade na Europa.

No início da pandemia, defendêmo-lo contra as pressões da erosão e da fragmentação. No contexto da recuperação, o mercado único é o motor da criação de empregos de qualidade e da competitividade.

Este aspeto é particularmente importante no mercado único digital.

Apresentámos propostas ambiciosas ao longo do último ano.

Propostas para conter o poder de controlo de acesso exercido pelas grandes plataformas.

Para apoiar a responsabilidade democrática dessas plataformas.

Para promover a inovação.

Para canalizar o poder da inteligência artificial.

A questão digital é determinante e os Estados-Membros partilham desta visão. As despesas digitais no âmbito do NextGenerationEU, o instrumento de recuperação da União Europeia irão mesmo ultrapassar a meta de 20 %.

Tal reflete a importância de investir na soberania tecnológica europeia. Temos de redobrar esforços para moldar a transformação digital de acordo com as nossas próprias regras e valores.

Permitam-me dar destaque aos semicondutores, esses pequenos circuitos que fazem com que tudo funcione: dos telefones inteligentes e das trotinetas elétricas aos comboios ou a fábricas inteligentes inteiras.

Não existe mundo digital sem circuitos integrados. A verdade é que, enquanto falamos, algumas linhas de produção já estão a funcionar a um ritmo reduzido — apesar da procura crescente — devido à escassez de semicondutores.

Além disso, muito embora a procura mundial tenha explodido, a quota da Europa na globalidade da cadeia de valor, desde a conceção à capacidade de produção, diminuiu. Estamos dependentes dos circuitos mais avançados fabricados na Ásia.

Por conseguinte, não se trata apenas de uma questão de competitividade. Trata-se também de uma questão de soberania tecnológica. Coloquemos, por isso, toda a nossa atenção nesta questão.

Apresentaremos uma nova lei europeia no domínio dos circuitos integrados.

Temos de interligar as nossas capacidades de investigação, conceção e ensaio de craveira mundial. Temos de coordenar investimentos nacionais e da UE ao longo da cadeia de valor.

O objetivo é criar em conjunto um ecossistema europeu de circuitos integrados de vanguarda, que inclua a produção. Tal será um garante da segurança do aprovisionamento e permitirá desenvolver novos mercados para tecnologias europeias revolucionárias.

Sem dúvida, trata-se de uma tarefa árdua. E estou ciente de que alguns alegam que é impossível.

Mas isso foi o mesmo que, há 20 anos, se disse sobre o Galileo.

E vejam o que aconteceu. Juntos, perseverámos. Hoje em dia, os satélites europeus fornecem o sistema de navegação a mais de 2 mil milhões de telemóveis inteligentes em todo o mundo. Somos líderes mundiais. **Por isso, voltemos a ousar, desta vez com semicondutores.**

Senhoras e Senhores Deputados,

A pandemia deixou marcas profundas e teve um impacto enorme na nossa economia social de mercado.

Noite após noite, marcámos presença, à janela ou à soleira da porta, para aplaudir os trabalhadores da primeira linha.

Todos nos apercebemos de quanto dependíamos destas pessoas. Profissionais empenhados com espírito de entrega, apesar de receberem um salário inferior, terem menos proteção e menos segurança.

Os aplausos nas ruas das nossas cidades podem ter cessado, mas a força das nossas emoções deve perdurar no tempo.

É por este motivo que é tão importante concretizar o **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**.

Trata-se de criar empregos mais dignos, condições de trabalho mais justas, melhores cuidados de saúde e uma vida mais equilibrada.

Um dos principais ensinamentos que retirámos da pandemia foi o valor do tempo. Aprendemos que não existe tempo mais valioso do que aquele que consagramos aos nossos entes queridos.

Foi por esse motivo que decidimos propor uma nova estratégia europeia para a prestação de cuidados.

Para que todos os homens e todas as mulheres possam beneficiar dos melhores cuidados possíveis e alcancem um bom equilíbrio de vida. Mas a justiça social não é unicamente uma questão de tempo, é também uma questão de equidade fiscal.



Temos de redobrar esforços para moldar a transformação digital de acordo com as nossas próprias regras e valores.

Numa economia social de mercado como a nossa, é positivo que as empresas obtenham lucros. *Mas, se os obtêm*, é graças à qualidade das nossas infraestruturas, da nossa segurança social e dos nossos sistemas educativos.

Consequentemente, o mínimo que podem fazer é dar o seu justo contributo. É por esse motivo que vamos continuar a combater a evasão e a fraude fiscais.

Vamos apresentar uma proposta legislativa com o objetivo de tributar os lucros ocultos das empresas de fachada. E faremos todos os possíveis por celebrar um acordo histórico a nível mundial sobre a taxa mínima do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

O pagamento do montante justo em impostos não é apenas uma questão de finanças públicas, é sobretudo uma questão de equidade.

Senhoras e Senhores Deputados,

Todos beneficiámos com os fundamentos da economia social de mercado europeia. Temos de assegurar que a próxima geração pode construir o seu próprio futuro.

Dispomos de uma geração de jovens altamente qualificados, extremamente talentosos e fortemente motivados. Uma geração que sacrificou tanto em prol da segurança dos outros.

A juventude é, normalmente, a idade das descobertas. A idade em que se vivem novas experiências. Em que se fazem amigos que ficam para toda a vida. Em que cada um descobre o seu próprio caminho. Porém, o que acabámos de exigir aos nossos jovens? Que mantivessem o distanciamento social, que continuassem confinados e que seguissem os seus estudos em casa. Durante mais de um ano.

Proporemos celebrar,
em 2022, o Ano
Europeu da Juventude.
Um ano dedicado a
valorizar aqueles que
abdicaram de tanto
pelo bem dos outros.

Tudo aquilo que temos feito, desde o Pacto Ecológico ao Instrumento de Recuperação da União Europeia, visa proteger o futuro dos nossos jovens.

É por isso que este instrumento deve ser financiado por **novos recursos próprios**, sobre os quais temos vindo a trabalhar.

De igual modo, temos de garantir que não damos origem a novas falhas. **Porque a Europa precisa de todos os seus jovens.**

Importa prestar apoio a todos aqueles que se encontram excluídos. Aqueles que não têm emprego. Aqueles que não estudam nem seguem qualquer formação.

Para os jovens nessa situação, tencionamos propor um novo programa, intitulado ALMA.

Esse programa dar-lhes-á a possibilidade de terem uma experiência profissional temporária noutra Estado-Membro.

Pois também estes jovens merecem ter uma experiência como o Erasmus, para poderem adquirir competências, estabelecer contactos e criar a sua própria identidade europeia.

Contudo, se queremos efetivamente moldar a nossa União à sua imagem, os jovens devem poder moldar, eles próprios, o futuro da Europa. A nossa União precisa de uma alma e de uma visão de futuro com que os jovens se identifiquem.

Como também se interrogou Jacques Delors: *Como poderemos construir a Europa se os jovens não a virem como um projeto coletivo e uma representação do seu próprio futuro?*

É por esta razão que tencionamos propor que 2022 seja o Ano Europeu da Juventude. Um ano consagrado à valorização dos jovens que, por seu turno, já abdicaram de tanto pelo bem dos outros. E serão também os jovens a liderar os debates da Conferência sobre o Futuro da Europa.



Trata-se do seu futuro e, por isso mesmo, deve tratar-se da sua conferência.

Como foi referido no início do nosso mandato, a Comissão estará pronta a dar seguimento a tudo o que for decidido pela Conferência.

UMA EUROPA UNIDA NA RESPONSABILIDADE

Senhoras e Senhores Deputados,

Esta é uma geração com consciência, que nos está a pressionar a ir mais longe e mais depressa para fazer face à crise climática.

Os acontecimentos deste verão só lhe vieram dar razão. Assistimos a inundações na Bélgica e na Alemanha. E a incêndios florestais consumindo ilhas gregas e colinas em França.

Se não acreditarmos nos nossos próprios olhos, basta-nos apenas seguir a ciência.

A ONU publicou recentemente o relatório do PIAC, o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas. Trata-se da autoridade em matéria de ciência das alterações climáticas.

O relatório não deixa qualquer dúvida. As alterações climáticas têm origem humana. Mas, dada essa origem humana, podemos fazer algo em relação a ela.

Tal como ouvi recentemente: **Está a aquecer. Fomos nós. Temos a certeza. A situação é má. Mas tem solução.**

E essa mudança já está a acontecer.

No primeiro semestre deste ano, foram registados na Alemanha mais veículos elétricos do que veículos a gasóleo. A Polónia é atualmente o maior exportador da UE de baterias de automóveis e autocarros elétricos. Ou tomemos o exemplo do **Novo Bauhaus Europeu**, que levou a uma explosão da criatividade de arquitetos, designers e engenheiros em toda a União.

É evidente que algo se está a passar.

E esse é o cerne do Pacto Ecológico Europeu.

No meu discurso do ano passado, anunciei a meta de, pelo menos, 55 % de redução das emissões até 2030.

Desde então, transformámos os nossos objetivos climáticos em obrigações jurídicas.

Fomos a primeira grande economia a apresentar legislação abrangente para conseguir concretizar esses objetivos.

Já perceberam a complexidade dos pormenores. Mas o objetivo é simples. Fixaremos um preço para a poluição. Limparemos a energia que utilizamos. Teremos automóveis mais inteligentes e aviões mais limpos.

E asseguraremos que o reforço da ambição climática seja acompanhado de uma maior ambição social. **Esta transição ecológica tem de ser justa. É por esta razão que propusemos um novo Fundo Social para a Ação Climática**, que visa combater a pobreza energética que já afeta 34 milhões de europeus.



Asseguraremos que o reforço da ambição climática seja acompanhado de uma maior ambição social. Esta transição ecológica tem de ser justa.



Conto com o Parlamento e com os Estados-Membros para honrarem este pacote e esta ambição, em conjunto.

A Europa pode fazer muito no que diz respeito às alterações climáticas e à crise do mundo natural. E apoiará outros países neste processo. Tenho o prazer de **anunciar, hoje, que a UE duplicará o financiamento externo para a biodiversidade**, em especial para os países mais vulneráveis.

Mas a Europa não pode fazê-lo sozinha.

A COP26, que terá lugar em Glasgow, será um momento decisivo para a comunidade global.

As principais economias — dos EUA ao Japão — estabeleceram a ambição de alcançar a neutralidade climática em 2050 ou pouco tempo depois. Estes objetivos têm, agora, de ser apoiados por planos concretos, elaborados a tempo da conferência de Glasgow. Isto porque os atuais compromissos para 2030 não permitirão concretizar o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 1,5 °C.

Todos os países têm uma quota-parte de responsabilidade!

Os objetivos que o Presidente Xi Jinping fixou para a China são encorajadores. Mas apelamos para essa mesma liderança no que toca a definir o modo como a China lá chegará. O mundo ficaria aliviado se os líderes chineses demonstrassem capacidade para atingir o pico de emissões até meados da década e se afastarem do carvão, tanto a nível interno como no estrangeiro.

Embora todos os países partilhem esta responsabilidade, as principais economias têm obrigações especiais perante os países menos desenvolvidos e mais vulneráveis. O **financiamento da ação climática** é essencial para estes países — tanto para efeitos de atenuação como de adaptação.

No México e em Paris, as principais economias comprometeram-se a disponibilizar 100 mil milhões de dólares por ano até 2025 aos países menos desenvolvidos e mais vulneráveis.

Hoje, a minha mensagem é a de que a Europa está pronta para fazer mais.

Cumprimos o nosso compromisso. **A Equipa Europa contribui com 25 mil milhões de dólares por ano.** Mas outras partes continuam a apresentar lacunas profundas no sentido de atingir o objetivo global.

Colmatar estas lacunas aumentará as possibilidades de sucesso em Glasgow.

Hoje, a minha mensagem é a de que a Europa está pronta para fazer mais. **Proporemos um montante adicional de 4 mil milhões de euros para o financiamento da ação climática até 2027.** Mas esperamos que os Estados Unidos e os nossos parceiros também intensifiquem os seus esforços.

Se os EUA e a UE colmatassem, em conjunto, o défice de financiamento da ação climática, transmitiriam um forte sinal de liderança global em matéria de clima. É hora de agir.

Senhoras e Senhores Deputados,

Esta liderança climática e económica é fundamental para os objetivos globais e de segurança da Europa.

Reflete igualmente uma mudança mais generalizada nos assuntos mundiais num momento de transição para uma nova ordem internacional.

Estamos a entrar **numa nova era de hipercompetitividade.**

Uma era em que alguns recorrem a todos os estratagemas para ganhar influência: sejam eles promessas de vacinas e empréstimos com taxas de juro elevadas ou mísseis e desinformação.



Image by Pexels from Pixabay



Uma era de rivalidades regionais e de grandes potências que se vigiam entre si.

Os acontecimentos recentes no Afeganistão não são a causa desta mudança, são antes um sintoma.

Antes de mais, quero ser clara: **estamos ao lado do povo afegão**. Das mulheres e das crianças, dos procuradores, dos jornalistas e dos defensores dos direitos humanos.

Penso, em especial, nas mulheres juízes que se escondem agora dos homens que condenaram à prisão. Estas mulheres estão em risco devido ao seu contributo para a justiça e o Estado de direito. Temos de as apoiar e coordenaremos todos os esforços com os Estados-Membros para as colocar em segurança.

De igual modo, temos de continuar a apoiar todos os afegãos no país e nos países vizinhos. É nossa obrigação fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para evitar o risco real de uma grande fome e de uma catástrofe humanitária. Faremos a nossa parte, aumentando a ajuda humanitária concedida ao Afeganistão, com 100 milhões de euros adicionais.

Esta medida fará parte de um novo **pacote**, mais vasto, **de apoio ao Afeganistão**, que apresentaremos nas próximas semanas a fim de combinar os nossos esforços.

Senhoras e Senhores Deputados,

Assistir ao desenrolar dos acontecimentos no Afeganistão foi extremamente doloroso para todas as famílias dos militares mortos em combate.

Vergamo-nos perante o sacrifício desses soldados, dos diplomatas e dos trabalhadores humanitários que perderam as suas vidas.

Para garantir que o serviço prestado não foi em vão, temos de refletir sobre o que levou esta missão a terminar tão abruptamente.

Há questões profundamente preocupantes que os aliados terão de abordar no âmbito da OTAN.

Porém, não há nenhuma questão de segurança e defesa para a qual a resposta seja menos cooperação. Temos de investir na nossa parceria conjunta e tirar proveito das forças de cada parte.

É por esta razão que estamos a trabalhar com o Secretário-Geral, Jens Stoltenberg, numa nova declaração conjunta UE-OTAN, a apresentar antes do final do ano.

Mas esta é apenas uma parte da equação.

A Europa pode — e claramente deve — ser capaz e estar disposta a fazer mais por sua própria conta. Contudo, se quisermos fazer mais, temos de começar por explicar porquê. Entendo que existem três grandes categorias de razões.

Em primeiro lugar, temos de proporcionar estabilidade na nossa vizinhança e em diferentes regiões.

Estamos ligados ao mundo por ínfimos estreitos, mares tempestuosos e vastas fronteiras terrestres. Devido a essa geografia, a Europa sabe, melhor do que ninguém, que, se não lidar atempadamente com a crise além-fronteiras, a crise virá ao seu encontro.

Em segundo lugar, a natureza das ameaças que enfrentamos está a evoluir rapidamente: de ataques híbridos ou ciberataques à crescente corrida ao armamento no espaço.

Temos de investir na nossa parceria conjunta e tirar proveito das forças de cada parte.



As tecnologias disruptivas têm sido uma grande niveladora, permitindo que, hoje em dia, Estados párias ou grupos não estatais sejam capazes de manietar o poder.

Já não é necessário dispor de exércitos e mísseis para causar danos em massa. É possível paralisar instalações industriais, administrações locais e hospitais recorrendo apenas a um computador portátil. Um telemóvel inteligente e uma ligação à Internet são meios suficientes para comprometer processos eleitorais.

A terceira razão reside no facto de a União Europeia ser um garante da segurança ímpar. Haverá missões em que a OTAN ou a ONU não estarão presentes, mas em que a UE deverá estar.

Os nossos soldados trabalham, no terreno, lado a lado com polícias, advogados e médicos, com trabalhadores humanitários e defensores dos direitos humanos, com professores e engenheiros.

Temos capacidade para combinar forças militares e civis, a par da diplomacia e do desenvolvimento, e temos uma longa história na construção e proteção da paz.

A boa notícia é que, ao longo dos últimos anos, começámos a desenvolver um ecossistema europeu de defesa.

Porém, carecemos de uma União Europeia da Defesa.

Ao longo das últimas semanas, têm decorrido muitos debates sobre forças expedicionárias. Sobre o tipo e a quantidade de que carecemos: agrupamentos táticos ou forças de intervenção da UE.

Tal faz, sem dúvida, parte do debate e creio que fará parte da solução.

Mas o mais fundamental é perceber por que razão tal não funcionou no passado.

É possível dispor das forças mais avançadas do mundo. Todavia, se nunca se estiver disposto a utilizá-las, qual é a sua utilidade?

O que nos tem impedido de avançar até agora não é a mera insuficiência de capacidades; é a falta de vontade política.

Se desenvolvermos essa vontade, há muito que podemos fazer a nível da UE.

Permitam-me apresentar três exemplos concretos:

Temos capacidade para combinar forças militares e civis, a par da diplomacia e do desenvolvimento, e temos uma longa história na construção e proteção da paz.

Em primeiro lugar, temos de criar as bases para a tomada de decisões coletivas — aquilo a que chamo conhecimento da situação.

Ficamos aquém quando os Estados-Membros ativos na mesma região não partilham informações a nível europeu. É fundamental melhorar a cooperação em matéria de informações.

Não se trata apenas de informações em sentido estrito.

Trata-se de reunir os conhecimentos de todos os serviços e de todas as fontes. Do espaço à formação de agentes policiais, de fontes abertas às agências de desenvolvimento. O seu trabalho confere-nos um âmbito e uma profundidade de conhecimentos sem igual.

Todos estes trunfos estão disponíveis!

Mas só podemos aproveitá-los para tomar decisões informadas se tivermos uma visão global, o que não é o caso atualmente. O conhecimento de que dispomos é disperso. A informação está fragmentada.



É por esta razão que a UE poderia considerar criar o seu próprio Centro Comum de Conhecimento da Situação para agregar todas as informações disponíveis.

E, conseqüentemente, estar mais bem preparada, estar plenamente informada e ter condições para decidir.

Em segundo lugar, temos de melhorar a interoperabilidade. É por esta razão que já estamos a investir em plataformas europeias comuns, desde aviões de combate a aeronaves não tripuladas, passando pelo ciberespaço.

Mas temos de continuar a refletir sobre novas formas de tirar partido de todas as sinergias possíveis. Um exemplo poderia ser a possibilidade de renunciar à cobrança de IVA aquando da aquisição de equipamento de defesa desenvolvido e produzido na Europa.

Tal permitiria não só aumentar a interoperabilidade, como também reduzir as nossas dependências atuais.

Em terceiro lugar, não podemos falar de defesa sem referir o ciberespaço. Se tudo estiver ligado, tudo pode ser pirateado. Dada a escassez de recursos, temos de unir forças. E não nos devemos contentar com responder a ciberameaças, devemos igualmente aspirar à liderança no domínio da cibersegurança.

As ferramentas de ciberdefesa devem ser desenvolvidas aqui, na Europa. É por isso que precisamos de uma **política europeia de ciberdefesa**, incluindo legislação que estabeleça normas comuns no âmbito de um novo **ato legislativo sobre a ciber-resiliência europeia**.

É, assim, evidente que podemos fazer muito a nível da UE. Mas os Estados-Membros também têm de fazer mais.

Tal começa por uma avaliação comum das ameaças que enfrentamos e por uma abordagem comum para as enfrentar. As futuras **orientações estratégicas sobre segurança e defesa** são um processo importante deste debate.

E temos de decidir como podemos utilizar todas as possibilidades já previstas no Tratado.

Por isso, durante a Presidência francesa, convocarei, em conjunto com o presidente Emmanuel Macron, uma **cimeira europeia de defesa**.

É tempo de a Europa avançar para o nível seguinte.

Senhoras e Senhores Deputados,

Num mundo mais marcado por disputas, a proteção dos interesses individuais não se limita à defesa do próprio espaço.

Implica a criação de parcerias sólidas e fiáveis. Não se trata de um luxo, mas sim de um elemento essencial para a estabilidade, a segurança e a prosperidade futuras.

Este trabalho começa pelo aprofundar das parcerias com os nossos aliados mais próximos.

Desenvolveremos, com os EUA, uma nova agenda para a mudança global — desde o novo **Conselho de Comércio e Tecnologia** até à segurança sanitária e à sustentabilidade.

A UE e os EUA serão sempre mais fortes em conjunto.

Num mundo mais marcado por disputas, a proteção dos interesses individuais não se limita à defesa do próprio espaço. Implica a criação de parcerias sólidas e fiáveis.



O mesmo se aplica aos nossos vizinhos dos **Balcãs Ocidentais**.

Até ao final do mês, deslocar-me-ei à região para enviar um sinal forte do nosso empenho no processo de adesão. **Devêmo-lo a todos os jovens que acreditam num futuro europeu.**

É por esta razão que estamos a intensificar o nosso apoio por via do novo plano económico e de investimento, que representa cerca de um terço do PIB da região. Porque um investimento no futuro dos Balcãs Ocidentais é um investimento no futuro da UE.

Continuaremos igualmente a investir nas parcerias em toda a nossa vizinhança — desde o reforço do empenho na Parceria Oriental até à execução da nova Agenda para o Mediterrâneo e à prossecução dos trabalhos sobre os diferentes aspetos das nossas relações com a Turquia.



Senhoras e Senhores Deputados,

Para que a Europa se torne um interveniente mais ativo a nível mundial, terá também de se concentrar na próxima geração de parcerias.

Neste espírito, **a nova estratégia da UE-Indo-Pacífico, hoje apresentada, constitui um marco importante.** Reflete a importância crescente desta região para a nossa prosperidade e segurança, mas também o facto de certos regimes autocráticos a utilizarem para tentarem expandir a sua influência.

A Europa tem de estar mais presente e mais ativa na região.

Assim, trabalharemos em conjunto para aprofundar as relações comerciais, reforçar as cadeias de abastecimento globais e desenvolver novos projetos de investimento em tecnologias verdes e digitais.

Este é um exemplo de como a Europa pode reformular o seu modelo para ligar o mundo.

Somos bons no financiamento de estradas. Mas não faz sentido que a Europa construa uma estrada perfeita entre uma mina de cobre e um porto quando ambos são propriedade chinesa.

Temos de ser mais inteligentes no que toca a este tipo de investimentos.

Por isso, apresentaremos em breve uma nova estratégia em matéria de conectividade denominada Ponte Global.

Criaremos **parcerias no âmbito da Ponte Global** com países de todo o mundo. Queremos investir em infraestruturas de qualidade, ligando bens, pessoas e serviços em todo o mundo.

Adotaremos uma abordagem baseada em valores, oferecendo transparência e boa governação aos nossos parceiros.

Queremos criar ligações e não dependências!

E sabemos como fazer para que tal funcione. Desde o verão, um novo cabo de fibra ótica submarino liga o Brasil a Portugal.

Iremos investir com África para criar um mercado para o hidrogénio verde que ligue as duas margens do Mediterrâneo.

Para concretizar a Ponte Global, temos de aplicar uma abordagem da Equipa Europa. Ligaremos instituições e investimentos, bancos e a comunidade empresarial. Faremos desta questão uma prioridade nas cimeiras regionais — a começar pela próxima Cimeira UE-África, em fevereiro.

Adotaremos
uma abordagem
baseada em
valores, oferecendo
transparência e boa
governação aos
nossos parceiros.

Queremos transformar a Ponte Global numa marca de confiança em todo o mundo.

Gostaria, porém, de ser muito clara: fazer negócios em todo o mundo, o comércio mundial... tudo isso é bom e necessário. Mas nunca pode ser feito em detrimento da dignidade e da liberdade das pessoas.

Há 25 milhões de pessoas, em todo o mundo, que realizam trabalho forçado devido a ameaças ou coação. Nunca poderemos aceitar que sejam obrigadas a fabricar produtos e que estes acabem depois à venda em lojas na Europa.

Por isso, proporemos a proibição da colocação no nosso mercado de produtos fabricados por trabalho forçado.

Os direitos humanos não estão à venda — a preço algum.

UMA EUROPA UNIDA NA LIBERDADE E DIVERSIDADE

Senhoras e Senhores Deputados, os seres humanos não são uma moeda de troca.

Vejamos o que aconteceu nas nossas fronteiras com a Bielorrússia. O regime de Minsk tem instrumentalizado seres humanos. Colocaram pessoas em aviões e empurraram-nas, literalmente, para as fronteiras da Europa.

Nunca poderemos tolerar esta situação.

A reação europeia que rapidamente se seguiu é prova disso. **Podemos garantir que continuaremos a estar ao lado da Lituânia, da Letónia e da Polónia.**

Chamemos as coisas pelos nomes: trata-se um ataque híbrido que pretende desestabilizar a Europa.

“**Todos os países têm interesse na construção de um sistema europeu de migração.**”

Senhoras e Senhores Deputados,

Estes não são acontecimentos isolados. Assistimos a incidentes semelhantes noutras fronteiras. E é fácil de prever que ocorram novamente. É por esta razão que, no âmbito do nosso trabalho sobre Schengen, iremos definir novas formas de reagir a tais agressões e assegurar a unidade na proteção das nossas fronteiras externas.

Porém, enquanto não encontrarmos um consenso sobre a forma de gerir a migração, os nossos opositores continuarão a explorar essa brecha.

Entretanto, os traficantes de seres humanos continuam a explorar pessoas em rotas mortíferas através do Mediterrâneo.

Estes eventos demonstram que todos os países têm interesse na construção de um sistema europeu de migração.

O **Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo** dá-nos tudo o que precisamos para gerir os diferentes tipos de situações que enfrentamos.

Estão lá todos os elementos. Trata-se de um sistema equilibrado e humano que funciona para todos os Estados-Membros e *em todas as circunstâncias*. Sabemos que podemos criar consensos.

No entanto, no ano que se seguiu à apresentação do Pacto pela Comissão, os progressos foram penosamente lentos.

Este é, a meu ver, o momento certo para adotar uma política europeia de gestão da migração. Por conseguinte, insto-vos, nesta Câmara e nos Estados-Membros, a acelerar o processo.



Em última análise, tudo se resume a uma questão de confiança. Confiança entre os Estados-Membros. Confiança dos europeus na capacidade de gerir a migração. Confiança numa Europa que honre sempre o seu dever permanente para com os mais vulneráveis e mais necessitados.

Há muitos pontos de vista firmemente defendidos sobre a migração na Europa, mas creio que o consenso não se afigura distante.

Porque, se questionarmos os europeus, a maioria concordará que devemos agir para travar a migração irregular, mas também no sentido de proporcionar refúgio às pessoas forçadas a fugir.

Estarão de acordo com a repatriação daqueles que não têm o direito de permanecer no território da União, mas dirão que devemos dar as boas-vindas a quem viaje legalmente e dá um contributo tão importante para a nossa sociedade e economia.

Por fim, devemos *todos* concordar que o tema da migração nunca deve ser utilizado para dividir.

Estou convencida de que é possível criar confiança no seio da Europa no que diz respeito à migração.

Senhoras e Senhores Deputados,

As sociedades **alicerçadas na democracia e nos valores comuns** assentam numa base estável. Confiam nas pessoas.

É desta forma que se desenvolvem novas ideias, que surgem mudanças, é desta forma que se vence a injustiça.

A confiança nesses valores comuns foi o que uniu os nossos fundadores após a Segunda Guerra Mundial.

São esses mesmos valores que uniram os defensores da liberdade que derrubaram a Cortina de Ferro há mais de 30 anos.

Eles queriam democracia.

Queriam ser livres de eleger o próprio governo.

Queriam o Estado de direito,
a igualdade de todos perante a lei.

Queriam liberdade de expressão e meios de comunicação independentes.

Queriam acabar com a espionagem dos cidadãos pelo Estado e combater a corrupção.

Queriam ter a liberdade de serem diferentes da maioria.

Ou, como afirmou o antigo Presidente da República Checa, Vaclav Havel, queriam todos estes «extraordinários valores europeus». Esses valores são o fruto da herança cultural, religiosa e humanista da Europa.

Fazem parte da nossa alma, são uma parte essencial daquilo que somos hoje.

Esses valores estão consagrados nos nossos tratados europeus.

E todos nós nos comprometemos a respeitar esses valores quando, na qualidade de Estados livres e soberanos, passámos a fazer parte desta União.

Estamos determinados a defender esses valores. Nunca abandonaremos essa determinação.

Estamos determinados a defender esses valores. Nunca abandonaremos essa determinação.

Os nossos valores são garantidos pela nossa ordem jurídica e protegidos pelas decisões do **Tribunal de Justiça da União Europeia**. Essas decisões são vinculativas. Velamos para que sejam efetivamente respeitadas. Em todos os Estados-Membros da nossa União.



A proteção do Estado de direito não é apenas um objetivo nobre, é também uma tarefa árdua e um esforço constante de melhoria.

Os nossos **relatórios sobre o Estado de direito**, graças às reformas que apresentam, fazem parte deste processo. Um exemplo disto são as reformas judiciais em Malta ou as investigações em matéria de corrupção na Eslováquia.

É por esta razão que seguimos uma abordagem dupla, baseada no diálogo e na tomada de medidas decisivas.

E, a partir de 2022, os nossos relatórios sobre o Estado de direito incluirão também recomendações concretas aos Estados-Membros.

No entanto, constatamos que há uma evolução preocupante em alguns Estados-Membros. **Na minha opinião, uma coisa é fundamental - partir sempre de uma base de diálogo.**

Mas o diálogo não é um fim em si mesmo; deve conduzir a um objetivo. É por esta razão que seguimos uma abordagem dupla, baseada no diálogo e na tomada de medidas decisivas.

Foi o que fizemos na semana passada. E continuaremos a fazê-lo.

E isto porque, em toda a Europa, as pessoas devem poder confiar num sistema judicial independente e ser tratadas de forma igual perante a lei, independentemente de fazerem parte de uma maioria ou de uma minoria.

Senhoras e Senhores Deputados,

O orçamento europeu é o futuro da nossa União traduzido em números. É por isso que deve ser protegido.

Temos de garantir que cada euro e cada cêntimo sejam utilizados para o objetivo certo e de acordo com o Estado de direito. Os investimentos que permitam aos nossos filhos ter um futuro melhor não devem desaparecer de forma obscura.

A corrupção não significa apenas roubar dinheiro aos contribuintes. A corrupção desincentiva os investidores. A corrupção possibilita a compra de grandes favores com enormes somas de dinheiro e permite que os mais poderosos desrespeitem as regras democráticas.

Quando se trata de proteger o nosso orçamento, perseguiremos cada caso de corrupção com todos os meios ao nosso alcance.

Senhoras e Senhores Deputados,

Quando defendemos os nossos valores, defendemos também a liberdade. A liberdade de ser quem somos, a liberdade de dizer o que pensamos, a liberdade de amar quem queremos.

Mas liberdade também significa estar livre do medo. Durante a pandemia, muitas mulheres ficaram privadas dessa liberdade.

Foi um período particularmente difícil para todas as mulheres que não tinham onde se esconder, que não podiam escapar aos seus agressores. Temos de trazer luz a esta questão tão escura, temos de mostrar formas de escapar à dor, temos de levar esses agressores à justiça.

As mulheres devem poder voltar a viver livres e independentes.

Por conseguinte, **antes do fim do ano iremos propor uma lei sobre o combate à violência contra as mulheres.** Trata-se de garantir a aplicação eficaz da lei, a prevenção e a proteção, em linha e fora de linha.

Trata-se de fazer respeitar a dignidade de cada indivíduo, de garantir a justiça. Esta é a essência da Europa. Temos de a tornar mais forte.





Senhoras e Senhores Deputados,

Para terminar, permitam-me evocar uma liberdade que dá voz a todas as outras: a liberdade dos meios de comunicação social.

Há jornalistas, homens e mulheres, que são atacados pelo simples facto de fazerem o seu trabalho.

Alguns são ameaçados e espancados, outros são tragicamente assassinados. No seio da nossa União Europeia. Gostaria de citar alguns nomes. Daphné Caruana Galizia. Jan Kuciak. Peter de Vries.

As suas histórias podem ter pequenas diferenças. Mas há algo que têm em comum: todos eles lutaram pelo nosso direito à informação. E morreram por defenderem esse direito.

A informação é um bem público. Temos de defender os defensores da transparência, as mulheres e os homens jornalistas.

Por esse motivo, apresentamos hoje uma recomendação no sentido de melhorar a proteção dos jornalistas.

E devemos travar todos aqueles que ameaçam a liberdade dos meios de comunicação social. Os meios de comunicação social não são uma empresa qualquer.

A sua independência é fundamental. É por isso que a Europa precisa de uma lei que garanta essa independência.

No próximo ano, apresentaremos precisamente uma **lei sobre a liberdade dos meios de comunicação social**.

Quando defendemos a liberdade dos nossos meios de comunicação social, estamos também a defender a democracia.

Devemos travar todos aqueles que ameaçam a liberdade dos meios de comunicação social.

CONCLUSÃO

Senhoras e Senhores Deputados,

Reforçar o ideal europeu de Robert Schuman que invoquei anteriormente é um trabalho contínuo.

Não devemos esconder as nossas incoerências e imperfeições.

Por muito imperfeita que possa ser, a nossa União é deliciosamente única e unicamente bela.

É uma União que reforça a *liberdade individual* graças à *força da comunidade*.

Uma União moldada tanto pela história e pelos valores que partilhamos como pelas diferentes culturas e perspetivas que a integram.

Uma União com alma.

Não é fácil encontrar as palavras certas para expressar a essência deste sentimento. É mais fácil pedi-las emprestadas a alguém que nos inspira. Por isso, trago hoje uma convidada de honra para este espaço.

É possível que muitos já conheçam esta **italiana, vencedora de uma medalha de ouro**, que conquistou o meu coração este verão.

Porém, talvez não saibam que, em abril, ela recebeu a notícia de que tinha a vida em perigo. Foi sujeita a cirurgia, lutou e recuperou.

Apenas 119 dias depois de deixar o hospital, ganhou uma medalha de ouro nos Jogos Paraolímpicos. Senhoras e Senhores Deputados, acompanhem-me nas boas-vindas a **Beatrice Vio**. Bebe, embora ainda tão jovem, já ultrapassou muitos obstáculos.

A sua história é feita de *uma luta contra as probabilidades*. De sucesso baseado no talento, na tenacidade e num espírito positivo indomável. Ela é a imagem da sua geração: uma líder e uma defensora das causas em que acredita.

Alguém que conseguiu alcançar tudo isso por acreditar que, *se parece impossível*, pode ser feito. *Se sembra impossibile, allora si può fare*.

Este era o espírito dos pais fundadores da Europa e é, agora, o **espírito da próxima geração europeia**. Deixemo-nos inspirar por Bebe e por todos os jovens que mudam a nossa perceção do que é possível.

Que nos mostram que podemos ser o que quisermos ser. Que podemos *alcançar* tudo aquilo em que *acreditamos*.

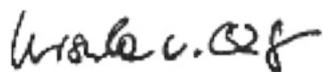
Senhoras e Senhores Deputados,

Esta é a *alma* da Europa.

Este é o *futuro* da Europa.

Façamos com que se torne mais forte, em conjunto.

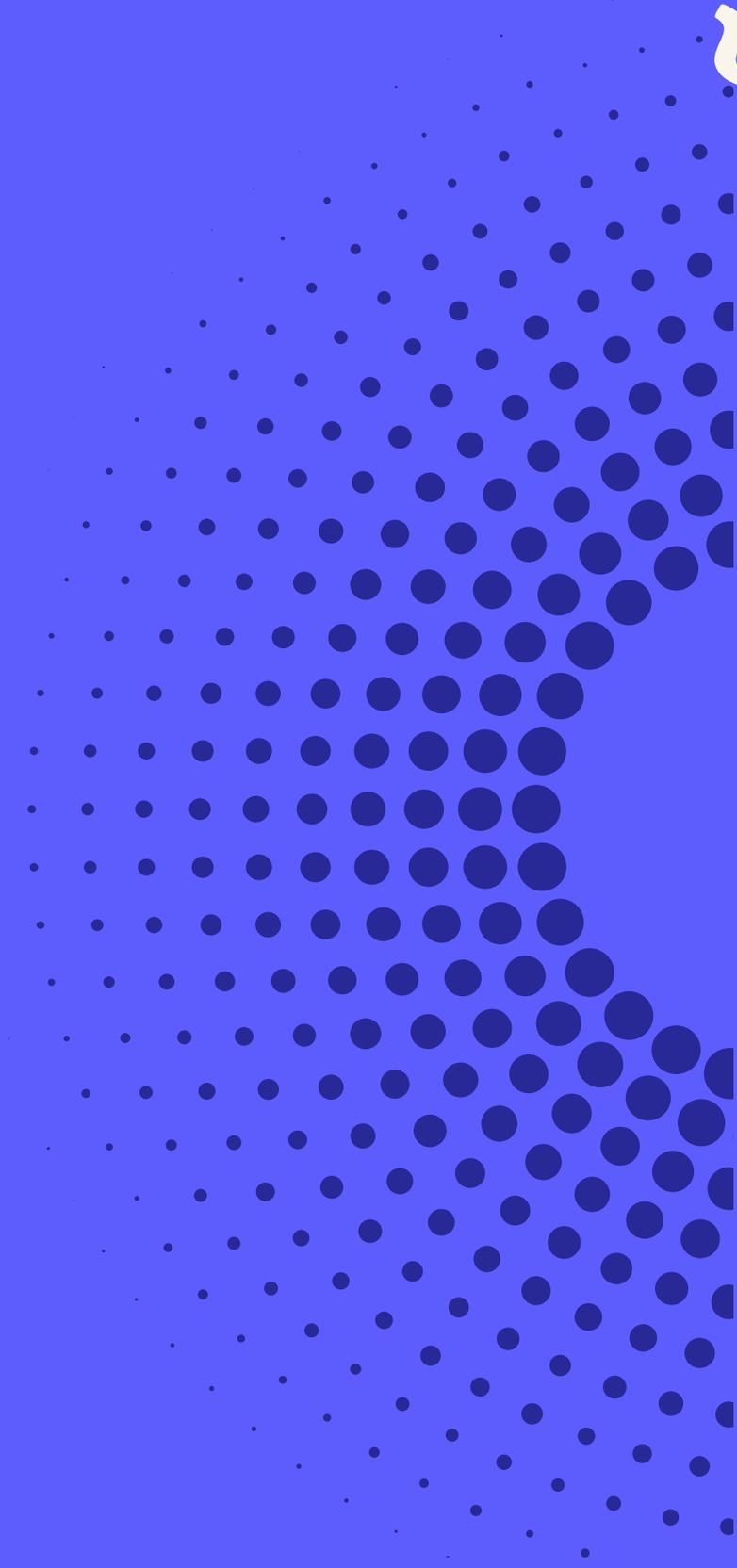
Viva l'Europa.



Ursula von der Leyen



**ESTADO
DA UNIÃO**



CARTA DE INTENÇÕES

**DIRIGIDA AO PRESIDENTE DAVID MARIA SASSOLI
E AO PRIMEIRO-MINISTRO JANEZ JANŠA**

Bruxelas, 15 de setembro de 2021

Senhor Presidente,

Senhor Primeiro-Ministro,

*Este será o décimo discurso sobre o Estado da União proferido por um presidente da Comissão perante o Parlamento Europeu. A evolução dos temas tratados nos anteriores discursos reflete a natureza mutável das nossas prioridades e a velocidade a que mundo se transforma. Esses temas representam as diferentes crises e recuperações por que passámos. Porém, também nos recordam uma verdade duradoura: **a nossa União só conseguirá manifestar força e ambição enquanto se mantiver coesa e determinada.***

*Aquilo que realizámos no último ano é testemunho disso. Gostaríamos de agradecer ao Parlamento Europeu e ao Conselho o seu apoio e o seu sentido de missão comum. Tal permitiu-nos agir rapidamente e manter a ambição ao longo do último ano. **Temos motivos para estar orgulhosos daquilo que a UE alcançou.***

Há doze meses, as vacinas ainda não tinham sido aprovadas. Decorrido um ano, a União Europeia já vacinou mais de 70 % da sua população adulta e é o maior produtor mundial de vacinas. Fornecemos mais de 700 milhões de vacinas aos Estados-Membros da União e mais de 700 milhões de vacinas ao resto do mundo. Chegámos a acordo, em tempo recorde, sobre o Certificado Digital COVID da UE, que permitiu gerar mais de 400 milhões de certificados individuais desde o início do verão.

Tal ajudou as pessoas a viajar e a desfrutar do verão, tendo permitido à economia reabrir as portas e recuperar mais rapidamente do que se esperava. As previsões apontam, agora, para que, até ao final do ano, as economias de dezanove Estados-Membros regressem aos níveis anteriores à pandemia. Para tal contribuiu igualmente o acordo histórico alcançado quanto ao programa de recuperação. O Instrumento de Recuperação da União Europeia está operacional e já começou a financiar projetos e reformas que investem na recuperação atual e na economia futura.

Acelerámos os trabalhos sobre a agenda ambiciosa e transformadora que havíamos definido inicialmente nas Orientações Políticas. No último ano, a UE aprovou a primeira Lei Europeia do Clima e apresentámos propostas para concretizar os seus objetivos. A UE foi a primeira grande economia a definir de que forma tenciona atingir os seus objetivos climáticos. Além disso, apresentámos propostas revolucionárias em matéria de serviços digitais, mercados digitais e identidade digital, atualizámos a nova estratégia industrial e reforçámos as nossas cadeias de abastecimento.

Estas realizações comuns dão-nos confiança para o ano que se avizinha. Todavia, face a uma pandemia que ainda perdura, teremos de manter a determinação demonstrada ao longo do último ano. Tendo em conta as grandes disparidades entre as taxas de vacinação, tanto dentro da UE como no resto do mundo, as principais prioridades continuarão a ser a gestão da pandemia e a preservação de vidas humanas e dos meios de subsistência.

De igual modo, temos de ter em conta a marca indelével que a crise deixou nas pessoas e na sociedade. O prosseguimento da concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e dos compromissos assumidos no Porto, no início deste ano, constituirá uma prioridade fundamental. Continuaremos a defender os valores, a justiça e a igualdade e a promover e defender o Estado de direito e a liberdade dos meios de comunicação social em toda a UE. Queremos concentrar-nos no futuro, fazendo avançar os trabalhos sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa e homenageando todos os jovens, celebrando em 2022 o Ano Europeu da Juventude.

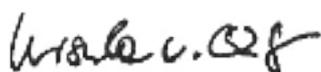
Os desafios externos que enfrentamos irão multiplicar-se à medida que o mundo se tornar palco de mais disputas. Reforçaremos a parceria com a OTAN e os nossos aliados e debateremos o caminho a seguir em matéria de defesa e segurança. Continuaremos a desenvolver parcerias globais e a apoiar os países da nossa vizinhança, em especial dos Balcãs Ocidentais, na próxima cimeira organizada pela Presidência eslovena do Conselho. Por último, continuaremos empenhados na aplicação dos nossos acordos internacionais e manter-nos-emos unidos no apoio concedido à Irlanda e à manutenção da paz na ilha da Irlanda.

Nos próximos doze meses, a Comissão entrará na segunda metade do seu mandato. Até agora, centrámo-nos nos conceitos e na legislação essenciais para concretizar a transformação de que necessitamos. Doravante, centrar-nos-emos na execução e nos resultados concretos. Temos de prosseguir os trabalhos sobre as propostas legislativas já apresentadas quanto a todas as seis grandes ambições da Comissão.

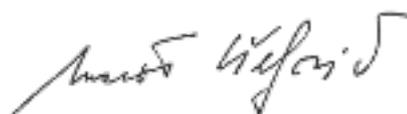
Apresentamos seguidamente uma lista das novas iniciativas que a Comissão irá propor, com vista a concretizar a nossa visão para a Europa. Todas estas iniciativas terão em conta os ensinamentos retirados da crise, bem como a necessidade de dar tempo aos legisladores para que cheguem a acordo. Paralelamente, continuaremos a executar o programa de trabalho da Comissão para 2021.

A lista apresentada inspira-se nos nossos debates com o Parlamento Europeu e o Conselho. Trata-se de uma lista não exaustiva, que será completada pelo próximo programa de trabalho da Comissão, pelo diálogo interinstitucional e pela Declaração Conjunta sobre as Prioridades Legislativas a assinar pelas três instituições.

A União demonstrou que fazemos melhor as coisas quando as fazemos em conjunto. Este é o nosso compromisso para o próximo ano e aguardamos com expectativa a oportunidade de trabalhar convosco para que tal aconteça.



Ursula von der Leyen



Maroš Šefčovič

PRINCIPAIS INICIATIVAS A APRESENTAR EM 2022

Pacto Ecológico Europeu

- *Proposta legislativa relativa à gestão integrada dos recursos hídricos — poluentes das águas superficiais e subterrâneas*
- *Proposta legislativa relativa à certificação das remoções de carbono*
- *Proposta legislativa relativa ao direito à reparação*
- *Proposta legislativa relativa a um quadro da UE para a medição harmonizada das emissões dos setores dos transportes e da logística*
- *Proposta legislativa para reduzir a libertação de microplásticos no ambiente e restringir a adição de microplásticos aos produtos*

Uma Europa Preparada para a Era Digital

- *Lei europeia no domínio da ciber-resiliência*
- *Lei europeia no domínio dos circuitos integrados*
- *Roteiro para as tecnologias de segurança e defesa*
- *Proposta legislativa relativa à criação de um sistema de comunicação global seguro da UE baseado no espaço*
- *Revisão da política de concorrência: adequação aos novos desafios*
- *Proposta de recomendação do Conselho relativa à melhoria da oferta de competências digitais*
- *Proposta legislativa relativa a um instrumento de emergência para o mercado único*
- *Proposta legislativa relativa aos serviços digitais de mobilidade multimodal*

Uma Economia ao serviço das Pessoas

- *Proposta legislativa relativa à proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto no local de trabalho*
- *Proposta legislativa para facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao capital*
- *Iniciativa sobre pagamentos imediatos na UE*
- *Execução do Plano de Ação para a Criação de uma União dos Mercados de Capitais, incluindo a iniciativa de harmonização de certos aspetos do direito substantivo em matéria de processos de insolvência*
- *Proposta legislativa relativa à aplicação do acordo global da OCDE sobre a reafetação de direitos de tributação*
- *Proposta legislativa relativa à aplicação do acordo global da OCDE sobre a tributação mínima efetiva*

Uma Europa mais Forte no Mundo

- *Iniciativa Ponte Global no domínio da conectividade*
- *Alteração do Regulamento Estatuto de Bloqueio*
- *Estratégia em matéria de compromisso energético internacional*
- *Comunicação conjunta sobre a governação internacional dos oceanos*
- *Comunicação conjunta sobre uma parceria com o Golfo*

Promoção do Modo de Vida Europeu

- *Estratégia europeia de cuidados de saúde*
- *Proposta legislativa relativa à obrigação de as transportadoras comunicarem antecipadamente dados sobre os passageiros*
- *Proposta legislativa relativa a um quadro para o acesso recíproco a informações relacionadas com a segurança pelos agentes de primeira linha da UE e dos principais países terceiros, a fim de combater as ameaças comuns à segurança*
- *Proposta de atualização da Recomendação do Conselho sobre o rastreio do cancro*

Um Novo Impulso para a Democracia Europeia

- *Lei sobre a liberdade dos meios de comunicação*
- *Iniciativa legislativa relativa à transferência de processos penais*
- *Proposta legislativa sobre o reconhecimento mútuo da parentalidade entre Estados-Membros*

**ESTADO
DA UNIÃO**

REALIZAÇÕES

EUROPA: REGRESSO AO FUTURO

Após 2020 ter sido, graças à pandemia, um dos anos mais difíceis da sua história, a Europa olha atualmente para o futuro com confiança renovada. A pandemia do outono de 2020 atingiu-nos com ainda maior violência do que a da primavera desse ano. A Europa voltou a estar em crise, tendo reagido à mesma para se encontrar inteiramente orientada para a contenção da propagação do vírus. A União Europeia redobrou os seus esforços, trabalhando no sentido de adquirir vacinas, aumentar a sua produção, reforçar a cooperação internacional contra a pandemia e ajudar a Europa a sair da crise económica com o Instrumento de Recuperação da União Europeia (NextGenerationEU).

Toda a União Europeia se mobilizou, entretanto, para concretizar o plano de recuperação NextGenerationEU. A Europa ainda não recuperou totalmente, mas, no final de 2022, prevê-se que a produção de todos os Estados-Membros tenha regressado aos níveis anteriores à crise. Entretanto, estabelecemos metas ambiciosas para a transformação da nossa economia, a fim de a tornar mais ecológica, mais digital e mais justa. Com a definição destas metas e o investimento a realizar no âmbito do NextGenerationEU, estamos a reconfigurar o nosso continente para as próximas décadas. A Europa voltou a colocar a tônica no futuro.

Em primeiro lugar, a estratégia da Comissão de **adquirir vacinas** coletivamente, criar uma carteira alargada de vacinas e diversificar os fornecedores de vacinas à Europa surtiu efeito. Após um arranque mais lento do que o previsto devido a estrangulamentos na produção, a campanha de vacinação da UE acelerou rapidamente. Em meados de abril, tinham sido administradas aos cidadãos da UE 100 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19.

No final de agosto de 2021, 70 % da população adulta tinha sido inteiramente vacinada na UE – cumprindo a nossa promessa de atingir esse objetivo «até ao final do verão». Entretanto, a Comissão negociou dois contratos adicionais com empresas farmacêuticas para obter mais vacinas contra a COVID-19 – para os jovens, para os nossos parceiros internacionais, para doses de reforço e para proteger contra novas variantes. A UE pretende ganhar terreno em relação à curva de infeção e, ao fazê-lo, estamos a construir o nosso futuro pós-pandemia.

Em segundo lugar, a Comissão Europeia intensificou os seus trabalhos para **pôr termo à pandemia noutros continentes**, atuando com os Estados-Membros da UE como uma «Equipa Europa». Em maio de 2020, a Comissão organizou duas rondas de angariação de fundos tendo em vista uma resposta mundial ao coronavírus. A Comissão foi um dos principais fundadores e patrocinadores do mecanismo mundial COVAX para a aquisição de vacinas a favor dos países de rendimento baixo e médio, que também assegura o fornecimento de vacinas aos mais vulneráveis. Até à data, graças, em parte, ao financiamento da UE, o COVAX expediu mais de 200 milhões de doses de vacinas para 138 países.

Em maio de 2021, a presidente Ursula von der Leyen coorganizou com o primeiro-ministro italiano, Mario Draghi, a primeira **Cimeira Mundial da Saúde**, na qual os líderes mundiais assinaram a Declaração de Roma sobre a preparação e a prevenção de pandemias futuras.

No final de agosto de 2021,

70 %

dos europeus com mais de 18 anos tinham sido inteiramente vacinados.



Alcançar a neutralidade climática na UE até 2050 e reduzir as emissões de CO₂ em **55 %** até 2030.

Em terceiro lugar, os recursos provenientes do **NextGenerationEU – o histórico plano de recuperação da União** – começaram a produzir efeitos na economia. Foi a mobilização de toda a Europa que tornou possível alcançar esse objetivo. No final de 2020, o Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a acordo sobre a proposta da Comissão de criar o NextGenerationEU. Concordámos que o NextGenerationEU deve fazer mais do que ajudar a Europa a sair da crise; deve também redefinir a economia europeia, tornando-a mais ecológica, mais digital, mais resiliente e mais justa.

Nos meses seguintes, a Comissão colaborou com os Estados-Membros na elaboração dos seus **planos nacionais de recuperação e resiliência**, prevendo investimentos e reformas para cada Estado-Membro. Foram aprovados dezoito planos de recuperação até ao verão. No verão de 2021, começaram a conceder-se aos Estados-Membros os primeiros fundos, provenientes de empréstimos contraídos pela Comissão nos mercados de capitais.

A recuperação pós-pandemia é a oportunidade de uma geração para construir o futuro da Europa. Para tirar o máximo partido dos futuros investimentos e reformas, a UE prossegue uma orientação inequívoca e dispõe de metas claras para quantificar o êxito. Apenas se realiza o que se quantifica. A Comissão definiu **três conjuntos de metas para 2030**. A proposta de **Lei Europeia em matéria de Clima** foi adotada em junho de 2021, estabelecendo como pedra angular os objetivos de alcançar a neutralidade climática na UE até 2050 e de reduzir as emissões de CO₂ em pelo menos 55 % até 2030. Em março de 2021, a Comissão apresentou a sua visão para a **Década Digital da Europa**, com metas claras em matéria de infraestruturas digitais, competências e digitalização das empresas e dos serviços públicos. Por último, em maio de 2021, na Cimeira Social do Porto, os dirigentes da UE aprovaram a proposta da Comissão relativa a um conjunto de **metas sociais** a atingir até 2030. Estes três conjuntos de metas servem de plano de orientação para alcançar uma Europa melhor e uma União de que todos possamos orgulhar-nos. Os olhos da Europa estão agora postos no futuro.

A Comissão tem vindo a acompanhar a evolução da situação na União Europeia em matéria de **democracia, Estado de direito e direitos fundamentais** como nunca antes. Em menos de um ano, a Comissão elaborou dois relatórios sobre o Estado de direito, dedicando um capítulo a cada um dos 27 Estados-Membros. Desde o princípio do seu mandato, a Comissão deu início a cerca de 40 processos por infração relacionados com a proteção do Estado de direito e de outros valores da União consagrados no artigo 2.º do Tratado da União Europeia. O Estado de direito protege as pessoas da lei do mais forte. A Comissão Europeia tem continuado a trabalhar com as autoridades nacionais para encontrar soluções a fim de garantir os direitos e as liberdades fundamentais das pessoas.

A presente publicação descreve um ano de trabalho e as realizações obtidas desde o discurso sobre o estado da União de 2020. Começa pelo compromisso da Comissão de pôr termo à crise da COVID-19, tanto no domínio da saúde como em termos de relançamento económico, tornando as nossas economias mais ecológicas, mais digitais e mais justas por meio do NextGenerationEU. Em seguida, analisa o trabalho da Comissão no que se refere ao clima, à digitalização e às questões sociais. Os capítulos finais dizem respeito à ação mundial da Comissão e à Conferência sobre o Futuro da Europa.



1. ABRIR CAMINHO PARA A SAÍDA DA CRISE SANITÁRIA MUNDIAL

A VACINAÇÃO PARA ULTRAPASSAR A PANDEMIA

Graças à **estratégia da UE em matéria de vacinação**, a Comissão obteve até 4,6 mil milhões de doses de vacinas contra a COVID-19, mais do que suficiente para abranger toda a população da União e vastas partes do mundo que delas necessitam.

A Comissão celebrou acordos prévios de aquisição com produtores de vacinas em nome dos Estados-Membros. Em contrapartida do direito de comprar um determinado número de doses de vacina num determinado período e a um determinado preço, a Comissão financiou parte dos custos iniciais suportados pelos produtores de vacinas a partir do **Instrumento de Apoio de Emergência** no montante de 2,7 mil milhões de EUR. Deste modo, a Comissão contribuiu para o desenvolvimento de vacinas seguras e eficazes em tempo recorde, bem como para acelerar a sua produção.

Existem atualmente **quatro vacinas contra a COVID-19** cuja utilização é autorizada na UE, na sequência de pareceres científicos positivos da Agência Europeia de Medicamentos, após terem sido submetidas a alguns dos ensaios clínicos mais rigorosos do mundo.

A Comissão obteve até **4,6 mil milhões de doses de vacinas** contra a COVID-19.



639 milhões
de doses entregues
na UE



522,4 milhões
de doses administradas
na UE



70 %
da população adulta
inteiramente vacinada
na UE

Última atualização: 31 de agosto de 2021.
Fonte: dados dos produtores de vacinas e do ECDC.

A Comissão agiu no sentido de garantir um acesso justo e equitativo às vacinas para todos os Estados-Membros da UE. As primeiras vacinações contra a COVID-19 tiveram lugar durante as **Jornadas Europeias da Vacinação**, em dezembro de 2020, menos de dez meses após a declaração da pandemia pela Organização Mundial de Saúde.

Nos primeiros meses, a campanha de vacinação foi mais lenta do que o projetado, o que se deveu principalmente a estrangulamentos na produção e ao facto de uma empresa não ter cumprido o seu contrato. No entanto, o ritmo da administração de vacinas aumentou rapidamente, permitindo à UE atingir as suas metas de vacinação até ao verão. Estes acontecimentos evidenciaram o fundamento da decisão da Comissão de investir numa vasta gama de vacinas. Além disso, a Comissão trabalhou com os fabricantes para **aumentar as suas capacidades de produção** na Europa.



À medida que surgiam novas variantes do coronavírus, a Comissão mobilizou fundos para uma investigação urgente e continuou a celebrar acordos prévios de aquisição para obter **doses de reforço** e a **adaptação de vacinas** a novas variantes.

ALARGAR A RESPOSTA À CRISE SANITÁRIA

A Comissão Europeia redobrou os seus esforços para atenuar o impacto socioeconómico da crise, tendo adotado 2 179 medidas desde o início da pandemia.

A ação da UE assegurou a disponibilidade de vacinas seguras e eficazes. A Comissão trabalhou com os Estados-Membros para melhorar as respetivas capacidades e estratégias de ensaio e rastreio, bem como para garantir o fluxo regular de mercadorias, a manutenção dos empregos e a prestação de informações de elevada qualidade sobre a situação sanitária, com base num código de cores comum utilizado por mais de 30 países europeus.

Num espírito de solidariedade europeia, o **Instrumento de Apoio de Emergência** disponibilizou quase 100 milhões de EUR para a aquisição de equipamento de proteção individual e de medicamentos. Mobilizou igualmente 100 milhões de EUR para adquirir diretamente mais de 20 milhões de testes rápidos de deteção de antigénios no intuito de complementar as estratégias de despistagem nacionais.

Em março de 2021, a Comissão propôs disponibilizar 530 milhões de EUR ao abrigo do **Fundo de Solidariedade da União Europeia** para apoiar as medidas de emergência nacionais no domínio da saúde de 17 Estados-Membros e de três países candidatos à adesão. Foram reafetados mais de 7,6 mil milhões de EUR para ações no domínio dos cuidados de saúde no âmbito da **Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus** da política de coesão.

Simultaneamente, a Comissão disponibilizou 2,5 milhões de EUR tendo em vista a formação de um grupo multidisciplinar de profissionais de saúde para apoiar e prestar assistência às unidades de cuidados intensivos. O programa de formação foi implementado em toda a UE, abrangendo 700 hospitais e 17 000 médicos e enfermeiros.

A Comissão definiu os elementos essenciais das **estratégias gerais de despistagem** a ter em conta nas abordagens de despistagem nacionais, regionais ou locais, nomeadamente o âmbito de aplicação, os grupos prioritários, as capacidades e os recursos de despistagem, bem como indicações sobre as circunstâncias em que possam justificar-se testes rápidos de antigénios.

A Comissão instou os Estados-Membros a aumentarem a sequenciação do genoma e a monitorizarem a presença de variantes em, pelo menos, 5 % e, de preferência, 10 % dos testes positivos, e disponibilizou 110 milhões de EUR para o efeito através do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças.

Além disso, foram mobilizados 123 milhões de EUR do programa de investigação e inovação da UE – Horizonte Europa – para a investigação urgente de variantes. A capacidade da Europa para constituir reservas estratégicas de material médico de emergência, através do Mecanismo de Proteção Civil da União (**rescEU**), permitiu-lhe continuar a dar provas concretas de solidariedade perante a pandemia de COVID-19 e salvar vidas. Desde a criação deste mecanismo em 2020, a UE expediu mais de 6,6 milhões de artigos médicos vitais para os Estados-Membros (Chéquia, França e Croácia) e para os países participantes (Montenegro, Macedónia do Norte e Sérvia). A UE também mobilizou seis equipas médicas de emergência (uma da Bélgica, uma da Dinamarca e uma da Roménia para a Eslováquia, uma da Alemanha para a Papua-Nova Guiné e uma outra para a Guiné e uma da Roménia para a Tunísia).

Foram reafetados mais de **7,6 mil milhões de EUR** para ações no domínio dos cuidados de saúde no âmbito da Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus da política de coesão.

A fim de melhor responder aos desafios futuros, procedeu-se a uma revisão da legislação em matéria de proteção civil da UE, que entrou em vigor em maio de 2021 e confere à UE capacidades adicionais para responder a novos riscos na Europa e a nível mundial, reforçando simultaneamente a reserva rescEU.

REABERTURA DA EUROPA EM CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

A Comissão Europeia apoiou os Estados-Membros na defesa da livre circulação transfronteiras em condições de segurança, consoante a situação epidemiológica. Estabeleceu um **código de cores comum** para facilitar a aplicação das medidas e garantir a prestação de informações mais claras aos viajantes. A Comissão introduziu igualmente critérios comuns para as zonas de alto risco e criou um mecanismo de «travão de emergência» para limitar as viagens provenientes de países terceiros afetados por novas variantes que fossem motivo de particular preocupação ou interesse.

Assim que as taxas de vacinação começaram a aumentar e a situação sanitária melhorou, a Comissão delineou a via a seguir para uma reabertura progressiva em condições de segurança.

O Certificado Digital COVID da UE é um símbolo de uma Europa aberta e segura. Proporcionou aos viajantes a confiança necessária para viajarem em segurança na UE. Além disso, facilitou a verificação da documentação necessária pelas autoridades e companhias aéreas. Os dados apontam para a recuperação das atividades do setor de aviação, atingindo um nível equivalente a 70 % do registado antes da crise. Os certificados digitais ou em papel são gratuitos e podem ser utilizados como comprovativos de vacinação, testes de despistagem ou de recuperação. Cada certificado inclui um código QR com uma assinatura digital que o protege contra falsificações. A fim de assegurar a verificação fiável dos certificados a nível transfronteiras, a Comissão desenvolveu uma infraestrutura digital segura para interligar os sistemas nacionais, que entrou em funcionamento em 1 de junho. No final de agosto, tinham sido gerados cerca de 400 milhões de certificados. Graças ao certificado, a UE está também a estabelecer uma norma mundial, encontrando-se na vanguarda tecnológica. Até ao final de agosto, tinham aderido ao sistema nove países terceiros (Islândia, Listenstaine, Macedónia do Norte, Noruega, São Marinho, Suíça, Turquia, Ucrânia e Estado da Cidade do Vaticano), estando a decorrer negociações com cerca de 20 outros países.

A UE está também a assegurar a sua reabertura gradual às viagens internacionais sempre que se encontrem reunidas as devidas condições de segurança para o efeito. Em maio de 2021, os Estados-Membros aceitaram reabrir a UE aos viajantes vacinados provenientes de países terceiros.

A plataforma Re-open EU continuou a funcionar como centro de informação sobre as medidas nacionais e a situação sanitária, a fim de orientar as pessoas oriundas de 31 países sobre a pandemia. Criada inicialmente como sítio Web, a plataforma já está disponível igualmente como uma aplicação que inclui um sistema de planeamento de viagens.



O Certificado Digital COVID da UE torna mais fácil **viajar em condições de segurança** por toda a Europa.





PREPARAR O FUTURO: LANÇAR AS BASES PARA UMA EUROPA MAIS SAUDÁVEL

Para superar a pandemia e tornar as pessoas mais saudáveis na Europa não bastam vacinas: são necessários tratamentos seguros e eficazes.

A **estratégia da UE em matéria de terapêuticas contra a COVID-19**, proposta pela Comissão em maio de 2021, apoiará o desenvolvimento e a disponibilização de medicamentos, nomeadamente para os doentes que recuperam da COVID-19. A Comissão identificou cinco terapêuticas promissoras contra a COVID-19, tendo em vista a constituição de uma carteira de dez terapêuticas até ao outono de 2021.

A pandemia de COVID-19 colocou a saúde pública no centro das atenções. A Comissão está a lançar os alicerces para uma **União Europeia da Saúde** robusta, na qual 27 Estados-Membros colaboram entre si na deteção, preparação e resposta coletiva a emergências sanitárias. A União Europeia da Saúde ajudará a equipar a UE com os meios para prevenir e combater melhor futuras pandemias, melhorar a resiliência dos sistemas de saúde e reforçar a prevenção, o tratamento e o acompanhamento de doenças como o cancro.

O primeiro pilar da União Europeia da Saúde é a preparação e a resposta a situações de crise. A Comissão propôs o reforço do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças e da Agência Europeia de Medicamentos, a fim de proporcionar maior apoio aos Estados-Membros, com base numa vigilância reforçada, análises científicas e orientações a emitir antes e durante uma crise.

A Comissão está também a trabalhar no sentido de criar a **Autoridade da UE de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias** (HERA). A melhor forma de controlar futuras pandemias consiste em combatê-las antes de estas serem desencadeadas: será essa a missão da HERA. A HERA proporcionará uma estrutura permanente para a modelização dos riscos e a supervisão sanitária à escala mundial, assegurando capacidades de fabrico flexíveis, o desenvolvimento de vacinas e a investigação médica.

A curto prazo, a Comissão Europeia tem vindo a aplicar um novo plano de preparação no âmbito da biodefesa denominado **incubadora HERA**, que reúne investigadores, empresas biotecnológicas, fabricantes, reguladores e autoridades públicas, para detetar e caracterizar rapidamente novas variantes, adaptar as vacinas sempre que necessário e aumentar as capacidades de produção existentes. Um grupo de peritos especializado em variantes está a avaliar as novas ameaças decorrentes das variantes e recomendará medidas para nos anteciparmos a esta evolução. **Vaccelerate** – a primeira rede de ensaios de vacinas contra a COVID-19 à escala da UE lançada no âmbito da incubadora HERA – é a estrutura central pan-europeia que visa a aceleração dos ensaios no domínio das vacinas e a interligação de todas as partes interessadas associadas ao seu desenvolvimento, tendo em vista a conceção e a realização de ensaios clínicos.

O segundo pilar da União Europeia da Saúde é o **Plano Europeu de Luta contra o Cancro**, apresentado em fevereiro de 2021. Baseado nas novas tecnologias, na investigação e na inovação, o plano define uma nova abordagem da UE em matéria de prevenção, tratamento e cuidados contra o cancro e conta com um investimento de 4 mil milhões de EUR.

O terceiro pilar, a **Estratégia Farmacêutica para a Europa**, adotada pela Comissão em 25 de novembro de 2020, garantirá aos doentes o acesso a medicamentos inovadores a preços acessíveis e apoiará a competitividade, a capacidade inovadora e a sustentabilidade do setor farmacêutico da UE. Contribuirá igualmente para reforçar a autonomia estratégica da Europa, nomeadamente abordando a escassez de medicamentos e as vulnerabilidades da cadeia de abastecimento evidenciadas durante a pandemia.

No mesmo sentido, o novo **programa UE pela Saúde** é a resposta ambiciosa da UE ao pedido de apoio formulado pelos hospitais e serviços médicos. O programa UE pela Saúde transcenderá a resposta à crise: reforçará os sistemas nacionais de saúde com um investimento superior a 5,3 mil milhões de EUR, destinado a criar sistemas nacionais de saúde mais sólidos e resilientes. Em 2021, serão desembolsados até 311 milhões de EUR.



Melhorar e promover a saúde na União



Proteger os cidadãos da União de ameaças sanitárias transfronteiras graves



Melhorar os medicamentos, os dispositivos médicos e os produtos relevantes para dar resposta a situações de crise



Reforçar os sistemas de saúde

A UE LIDERA A SOLIDARIEDADE MUNDIAL: AJUDAR O MUNDO A SUPERAR A PANDEMIA

A segurança da Europa dependerá da segurança no resto do mundo. Uma campanha de vacinação a nível mundial é crucial para controlar a pandemia e evitar o aparecimento de novas variantes. A fim de assegurar a distribuição mundial de vacinas, a UE tem desempenhado um papel fundamental na mobilização de doadores e na criação do **acelerador do acesso aos meios de combate à COVID-19 (ACT-Accelerator)** e respetivo pilar no âmbito das vacinas, o mecanismo **COVAX**. Contando com a participação de 191 países até à data, o mecanismo COVAX é o principal meio para assegurar a partilha de vacinas à escala mundial.

O ACT-Accelerator ajudou a identificar uma terapia vital contra a COVID-19. Graças ao ACT-Accelerator, os países de rendimento baixo dispõem atualmente de testes de despistagem para a COVID-19 por menos de 2,50 USD. Até ao final do ano, o mecanismo COVAX terá fornecido 1,8 mil milhões de doses de vacinas a 92 países de rendimento baixo e médio a preços acessíveis ou gratuitamente, graças à contribuição substancial da **Equipa Europa** (ou seja, a UE e os seus Estados-Membros, juntamente com as instituições financeiras europeias). A Equipa Europa é um dos principais contribuintes do mecanismo COVAX, tendo concedido até à data cerca de 3 mil milhões de EUR sob a forma de subvenções e garantias bancárias.

Para complementar os enormes esforços desenvolvidos no âmbito do mecanismo COVAX, a Comissão Europeia criou um **mecanismo da UE de partilha de vacinas** para ajudar os Estados-Membros a facilitar as doações bilaterais a países terceiros. O **Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia** tem prestado apoio operacional, tendo fornecido mais de 5 milhões de doses de vacinas e mais de 180 milhões de equipamentos médicos desde o início da pandemia, desde equipamento de proteção individual (máscaras, óculos, vestuário) a artigos médicos (produtos de higienização das mãos, luvas, aventais, batas hospitalares, agulhas e seringas), testes de despistagem ao coronavírus, concentradores de oxigénio e ventiladores utilizados no tratamento de doentes com COVID-19.

O novo **programa UE pela Saúde** é a resposta ambiciosa da UE ao pedido de apoio formulado pelos hospitais e serviços médicos.

A UE tem desempenhado um papel fundamental na mobilização de doadores, por meio da criação do **Acelerador ACT** e respetivo pilar no âmbito das vacinas, o mecanismo **COVAX**.



A Cimeira Mundial da Saúde, realizada em Roma, assinalou o início de um novo e arrojado capítulo da política sanitária mundial.

A UE é o líder mundial no domínio da exportação de vacinas, assegurando transparência e responsabilização a este nível. A Comissão criou um **mecanismo de autorização de exportação de vacinas**, que exige que as empresas notifiquem as autoridades dos Estados-Membros da sua intenção de exportar vacinas produzidas na UE. Desde dezembro de 2020, a UE exportou, no total, cerca de 700 milhões de doses de vacinas para mais de 130 países (aproximadamente 600 milhões de doses no quadro do mecanismo de autorização de exportação), nomeadamente para países de rendimento baixo e médio constantes da lista do COVAX. Tendo exportado aproximadamente o mesmo número de vacinas que o distribuído aos seus cidadãos, a UE tem sido o dispensatório farmacêutico do mundo.

No seu discurso sobre o estado da União de 2020, a presidente Ursula von der Leyen anunciou que a Comissão Europeia organizaria, juntamente com a Itália, a primeira **Cimeira Mundial da Saúde**. Realizada em Roma, em 21 de maio de 2021, a cimeira assinalou o início de um novo e arrojado capítulo da política sanitária mundial. Reuniu líderes mundiais empenhados na cooperação mundial em matéria de saúde pública, que adotaram a **Declaração de Roma**, estabelecendo princípios comuns para superar a COVID-19, prevenir futuras pandemias e assegurar a preparação face às mesmas. Estes princípios incluem a rejeição das proibições de exportação, a manutenção em funcionamento das cadeias de abastecimento mundiais e o aumento da capacidade de produção de vacinas em todo o mundo, especialmente nos países em desenvolvimento. A cimeira ilustra o poder de mobilização e a capacidade de liderança da UE na configuração da arquitetura da segurança sanitária mundial.

Na Cimeira Mundial da Saúde, a presidente Ursula von der Leyen anunciou igualmente uma iniciativa da Equipa Europa relativa ao fabrico e ao acesso a vacinas, medicamentos e tecnologias da saúde em **África**, com uma contribuição de 1 000 milhões de EUR a partir do orçamento da UE e de instituições financeiras europeias para o desenvolvimento, como o Banco Europeu de Investimento. A iniciativa ajudará a criar um quadro propício ao fabrico local de vacinas em África, combatendo obstáculos tanto do lado da oferta como da procura e proporcionando, entre outros objetivos, apoio à execução da estratégia para África a partir de março de 2020. No futuro, poderão ser associadas outras regiões a esta iniciativa da Equipa Europa.

Esta última já mobilizou 46 mil milhões de EUR para apoiar mais de 130 países parceiros em todo o mundo, para dar resposta às necessidades humanitárias, reforçar os sistemas de saúde, água e saneamento e atenuar as consequências socioeconómicas da pandemia.

A Equipa Europa já mobilizou ajuda a favor de mais de **130 países** em todo o mundo.



2. A PROMESSA HISTÓRICA DO NEXTGENERATIONEU

A economia europeia está a recuperar de forma robusta, abrindo caminho para a **retoma da UE** e a dupla transição ecológica e digital. As medidas de emergência adotadas pela UE surtiram efeito. De acordo com as **previsões económicas do verão de 2021**, a economia da UE crescerá 4,8 % em 2021 e 4,5 % em 2022. Embora a rapidez da recuperação possa variar consoante os países da UE, prevê-se que todos os Estados-Membros atinjam, pelo menos, os níveis económicos anteriores à crise até ao final de 2022.

Trata-se do resultado das decisões políticas tomadas desde o início da pandemia. Tal tornou-se possível graças à **rápida implantação da vacinação** e às **medidas de estímulo económico** sem precedentes adotadas tanto a nível da UE como a nível nacional. A Comissão tomou medidas imediatas para atenuar o impacto económico da pandemia, quer autorizando uma firme intervenção pelos Estados-Membros, quer através de medidas económicas de emergência, como a primeira iniciativa da UE para financiar o trabalho de curta duração (instrumento SURE).

Simultaneamente, lançou os trabalhos em prol da recuperação a longo prazo. A Comissão apresentou os seus planos para um pacote de recuperação num montante de 2 biliões de euros já na primavera de 2020, tendo a proposta sido aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em dezembro de 2020. Em seguida, correspondeu aos Estados-Membros elaborar os seus **planos nacionais de recuperação e resiliência**, que a Comissão aprovou no verão de 2021. Toda a União Europeia se mobilizou para concretizar o maior plano de recuperação da Europa desde a época do Plano Marshall. Trata-se de um marco histórico, uma vez que, por intermédio do plano NextGenerationEU, estamos a reconfigurar o nosso continente para as próximas décadas.

MEDIDAS ECONÓMICAS DE EMERGÊNCIA QUE LANÇAM AS BASES PARA UMA RECUPERAÇÃO SUSTENTÁVEL

A UE não poupou esforços para atenuar o impacto económico da crise sanitária mundial. A **ativação pela primeira vez da cláusula de derrogação geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento**, que continuou a vigorar ao longo de 2021, permitiu uma intervenção económica robusta por parte dos Estados-Membros. A cláusula continuará a aplicar-se em 2022. Reorientaram-se os fundos da UE existentes e disponibilizaram-se novos fundos em todos os Estados-Membros e regiões.

A Comissão adotou também rapidamente um quadro temporário que permite aos Estados-Membros tirar pleno partido da flexibilidade das **regras da UE em matéria de auxílios estatais** para prestar o apoio necessário à economia durante a crise, preservando simultaneamente a igualdade das condições de concorrência. No total, desde março de 2020, a Comissão adotou mais de 629 decisões para aprovar auxílios num montante superior a 3,08 biliões de EUR a fim de combater os efeitos da pandemia de COVID-19 em toda a UE.

Prevê-se que a economia da UE cresça

4,8 %

em 2021 e

4,5 %

em 2022.

Só em 2020, o instrumento SURE ajudou a manter o emprego de **25 a 30 milhões** de pessoas na UE.

Em 21 de outubro de 2020, a Comissão Europeia emitiu as suas primeiras obrigações sociais para financiar o regime de **apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência** (instrumento SURE). Entretanto, a Comissão transferiu os fundos mobilizados para os Estados-Membros beneficiários sob a forma de empréstimos. Até à data, o instrumento SURE disponibilizou 90 mil milhões de EUR a 19 Estados-Membros para apoiar os regimes nacionais de tempo de trabalho reduzido. Só em 2020, o instrumento SURE ajudou a manter o emprego de 25 a 30 milhões de pessoas na UE.



Entre 1,5 milhões e 2,5 milhões de empresas beneficiaram do instrumento SURE, permitindo-lhes manter os seus trabalhadores.



O recurso ao instrumento SURE permitiu aos Estados-Membros poupar cerca de 5,8 mil milhões de EUR em pagamentos de juros, face ao que teriam despendido com a emissão de dívida soberana.



A Comissão mobilizou 53,5 mil milhões de EUR nas primeiras quatro emissões de obrigações, cuja procura foi, em média, mais de dez vezes superior à oferta.

Instrumento SURE: **94,3** mil milhões de EUR

 8,2 mil milhões de EUR Bélgica	 21,3 mil milhões de EUR Espanha	 957 milhões de EUR Lituânia	 5,9 mil milhões de EUR Portugal
 511 milhões de EUR Bulgária	 1 000 milhões de EUR Croácia	 504 milhões de EUR Hungria	 4,1 mil milhões de EUR Roménia
 2 mil milhões de EUR Chéquia	 27,4 mil milhões de EUR Itália	 420 milhões de EUR Malta	 1 100 milhões de euros Eslovénia
 2,5 mil milhões de EUR Irlanda	 603 milhões de EUR Chipre	 11,2 mil milhões de EUR Polónia	 630 milhões de EUR Eslováquia
 5,3 mil milhões de EUR Grécia	 305 milhões de EUR Letónia	 230 milhões de EUR Estónia	

Os montantes foram arredondados.

O **financiamento da política de coesão** continuou a desempenhar um papel fulcral no apoio prestado aos Estados-Membros para dar resposta às necessidades de emergência nos setores dos cuidados de saúde, das empresas e do emprego, graças às **iniciativas de investimento de resposta ao coronavírus**.



7,6 mil milhões de EUR

→ para **ajudar os hospitais** a obter dispositivos médicos, equipamento de proteção individual, ventiladores e testes de despistagem.



11,2 mil milhões de EUR

→ para **apoiar as empresas** de todos os setores da economia, nomeadamente os mais afetados, como a cultura, o turismo e a restauração.



4,1 mil milhões de EUR

→ para **prestar ajuda direta às pessoas**, incluindo os trabalhadores, através da aplicação e do apoio a regimes de conservação dos postos de trabalho.

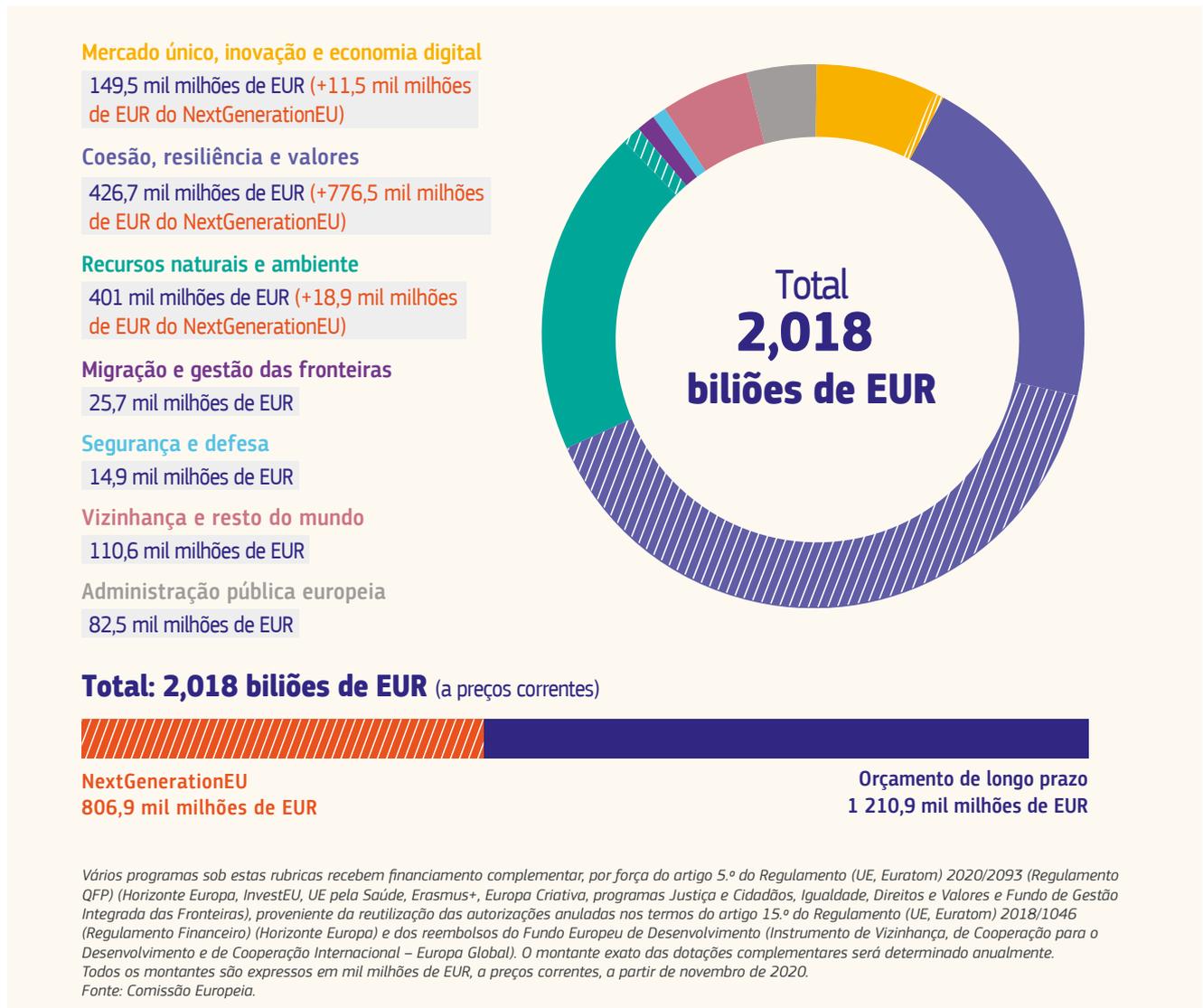
As medidas de emergência no âmbito das iniciativas de investimento de resposta ao coronavírus da política de coesão prosseguiram e foram alargadas ao abrigo de um novo instrumento financiado pelo NextGenerationEU: Assistência à Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (REACT-EU). Este instrumento presta apoio de emergência ao setor da saúde, às empresas e aos trabalhadores e promove o investimento digital e ecológico favorável à recuperação económica.

SAIR FORTALECIDO DA PANDEMIA

No final de 2020, a UE alcançou um acordo verdadeiramente histórico sobre o maior pacote jamais financiado através do orçamento da UE, no valor de 2,018 biliões de EUR (a preços correntes). Consiste no **orçamento de longo prazo da UE** para 2021-2027, num montante de 1,211 biliões de EUR, complementado por 806,9 mil milhões de EUR (a preços correntes) a mobilizar pelo **NextGenerationEU**, um instrumento temporário destinado a impulsionar a retoma.

O NextGenerationEU é mais do que um plano de recuperação. Trata-se de uma oportunidade única para transformar as nossas economias, bem como para criar empregos e oportunidades, tendo em vista uma Europa preparada para o futuro. O seu elemento fulcral é o **Mecanismo de Recuperação e Resiliência**, que disponibilizará 723,8 mil milhões de EUR (a preços correntes) sob a forma de subvenções e empréstimos, para apoiar as reformas e os investimentos dos Estados-Membros da UE.

No intuito de beneficiar do apoio a conceder por este mecanismo, 25 Estados-Membros já apresentaram à Comissão Europeia os seus **planos de recuperação e resiliência**. Os planos estabelecem um pacote coerente de reformas e de projetos de investimento público que contribuem para o processo de transição ecológica e digital da Europa, tornando o continente mais bem preparado e mais justo para o futuro. Dada a magnitude dos investimentos de elevada qualidade e a importância da execução das reformas que estão a ser promovidas neste contexto, a Comissão prestou uma assistência específica aos Estados-Membros na elaboração dos respetivos planos de recuperação e resiliência no quadro do instrumento de assistência técnica.



A Comissão avaliou e aprovou, até ao final de agosto, 18 dos planos de recuperação e resiliência nacionais apresentados. Analisou em que medida os investimentos e as reformas previstos nesses planos apoiam as transições ecológica e digital, contribuem para enfrentar eficazmente os desafios identificados no Semestre Europeu e reforçam o potencial de crescimento, a criação de emprego, a coesão territorial e a resiliência económica, social e institucional de cada Estado-Membro, o que constitui uma condição prévia para uma recuperação equilibrada.

A 26 de agosto, já tinham sido efetuados os primeiros desembolsos, num valor superior a 48 mil milhões de EUR, a favor da Bélgica, da Alemanha, da Grécia, de Espanha, de França, da Itália, da Lituânia, do Luxemburgo e de Portugal.



NEXTGENERATIONEU: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

MECANISMO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

723,8 mil milhões de EUR

● **338,0 mil milhões de EUR** sob a forma de subvenções ● **385,8 mil milhões de EUR** sob a forma de empréstimos



REFORÇO DA CAPACIDADE ENERGÉTICA

Tecnologias limpas e fontes de energia renováveis



RENOVAÇÃO

Eficiência energética dos edifícios



CARREGAMENTO E ABASTECIMENTO

Transportes sustentáveis e estações de carregamento



CONNECTIVIDADE

Implantação de serviços de banda larga rápida



MODERNIZAÇÃO

Digitalização da administração pública



EXPANSÃO

Computação em nuvem de dados e processadores sustentáveis



REQUALIFICAÇÃO E MELHORIA DAS COMPETÊNCIAS

Educação e formação para apoiar as competências digitais



Contribuição do NextGenerationEU para outros programas

83,1 mil milhões de EUR

INICIATIVA REACT-EU

50,6 mil milhões de EUR

FUNDO PARA UMA TRANSIÇÃO JUSTA

10,9 mil milhões de EUR

DESENVOLVIMENTO RURAL

8,1 mil milhões de EUR

INVESTEU

6,1 mil milhões de EUR

HORIZONTE EUROPA

5,4 mil milhões de EUR

INICIATIVA RESCEU

2,0 mil milhões de EUR

Todos os montantes estão indicados a preços correntes.

Os planos nacionais devem consagrar 37 %, no mínimo, da sua dotação total a medidas de apoio aos objetivos climáticos e 20 %, no mínimo, a medidas de apoio à transição digital. No intuito de ajudar a coordenar as medidas dos planos nacionais, a Comissão propôs **sete domínios emblemáticos** para os projetos de âmbito ecológico e digital.



Reforço da capacidade energética. Privilegiar as tecnologias limpas duradouras e acelerar o desenvolvimento e o recurso a fontes de energia renováveis.



Renovação. Melhorar a eficiência energética dos edifícios públicos e privados.



Recarregamento e reabastecimento. Promover tecnologias limpas duradouras, a fim de acelerar a utilização de transportes sustentáveis, acessíveis e inteligentes, bem como de estações de carregamento e reabastecimento e ainda a extensão dos transportes públicos.



Conectividade. Proceder à implantação acelerada de serviços de banda larga rápida, incluindo redes de 5G e fibra ótica, em todas as regiões e agregados familiares.



Modernização. Digitalizar a administração pública e os serviços públicos, incluindo os sistemas judiciais e os sistemas de saúde.



Expansão. Reforçar as capacidades industriais europeias em matéria de computação de dados em nuvem e desenvolver processadores mais potentes, avançados e sustentáveis.



Requalificação e melhoria das competências. Adaptar os sistemas de ensino no intuito de promover as competências digitais, bem como a educação e a formação profissional para todas as idades.

Todos os planos associaram investimentos a reformas que visam dar resposta às recomendações específicas por país emitidas no âmbito do Semestre Europeu, por exemplo, sobre mercados de trabalho, educação, cultura, cuidados de saúde, justiça e sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas. A título ilustrativo, a **Chéquia** introduzirá medidas abrangentes em prol da administração pública em linha, procederá a uma reforma dos procedimentos de concessão

de licenças de construção e adotará medidas de combate à corrupção; o plano da **Alemanha**, por outro lado, prevê medidas para eliminar estrangulamentos no investimento e reduzir os encargos administrativos. A **Espanha** melhorará o quadro empresarial, prevendo ações para legislar melhor, reduzir os atrasos de pagamento e reformar o quadro de insolvência e os contratos públicos. A **França** melhorará a sustentabilidade das finanças públicas e apoiará o acesso das empresas ao financiamento. A **Itália** acelerará o sistema de administração da justiça e reduzirá a burocracia em benefício das empresas. A **Lituânia** reformará as prestações e as pensões, a fim de reforçar a sua rede de segurança social. A **Áustria** reformará o seu sistema fiscal a fim de reduzir as emissões de CO2, por meio de incentivos às tecnologias que mitiguem as alterações climáticas. Todas estas reformas, que os europeus têm vindo a solicitar há anos, estão a tornar-se realidade graças ao NextGenerationEU.

Em junho de 2021, a Comissão mobilizou 20 mil milhões de EUR na sua **primeira operação no âmbito do NextGenerationEU**.



FINANCIAR A RECUPERAÇÃO

Para financiar o NextGenerationEU, a Comissão, em nome da UE, está a contrair empréstimos nos mercados de capitais. Em 15 de junho de 2021, a Comissão mobilizou 20 mil milhões de EUR na sua **primeira operação no âmbito do NextGenerationEU**, por meio da emissão de uma obrigação a 10 anos. Foi a maior emissão de obrigações institucionais jamais registada na Europa, a maior operação institucional de sempre realizada numa fração única e o maior montante que a UE alguma vez mobilizou no âmbito de uma única operação. Se incluirmos outras operações que se seguiram em junho e julho, a Comissão mobilizou até à data 45 mil milhões de EUR por meio de obrigações de longo prazo e garantiu um financiamento adicional por outros meios, graças à sua estratégia diversificada de contração de empréstimos para o NextGenerationEU.

Estas operações tornaram-se possíveis porque todos os Estados-Membros ratificaram — em tempo recorde, até ao final de maio de 2021 — a Decisão Recursos Próprios, que define a forma como o orçamento da UE é financiado. A Decisão Recursos Próprios introduziu igualmente **uma nova fonte de financiamento** para o orçamento da UE. O recurso próprio baseado no plástico, uma contribuição proveniente dos resíduos de embalagens de plástico não reciclados, foi introduzido retroativamente como uma nova fonte de receitas para o orçamento da UE no período de 2021 a 2027, a partir de janeiro de 2021. Juntamente com o fluxo de receitas fiscais, trará benefícios adicionais ao intensificar a ação climática. Nos próximos anos, o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão trabalharão em conjunto com vista a introduzir novos recursos próprios para o orçamento da UE, a fim de dar resposta a objetivos estratégicos como as alterações climáticas e a transição digital, angariando simultaneamente fundos a favor da recuperação europeia. Numa primeira fase, a Comissão tenciona apresentar um pacote sobre os recursos próprios no segundo semestre de 2021. Este pacote incluirá também uma solução de financiamento e os mecanismos orçamentais necessários para a criação de um Fundo Social para a Ação Climática, a fim de ajudar a atenuar as consequências sociais a curto prazo da transição climática.

Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027

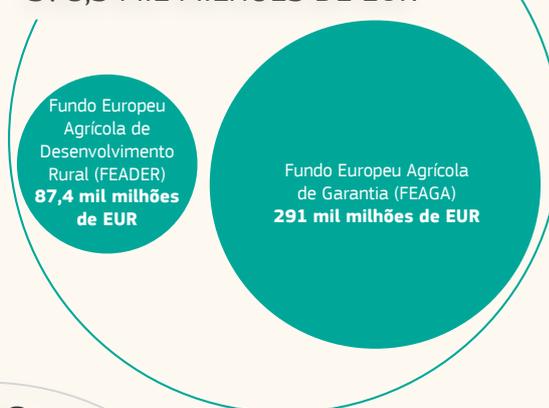
POLÍTICA DE COESÃO

372,6 MIL MILHÕES DE EUR



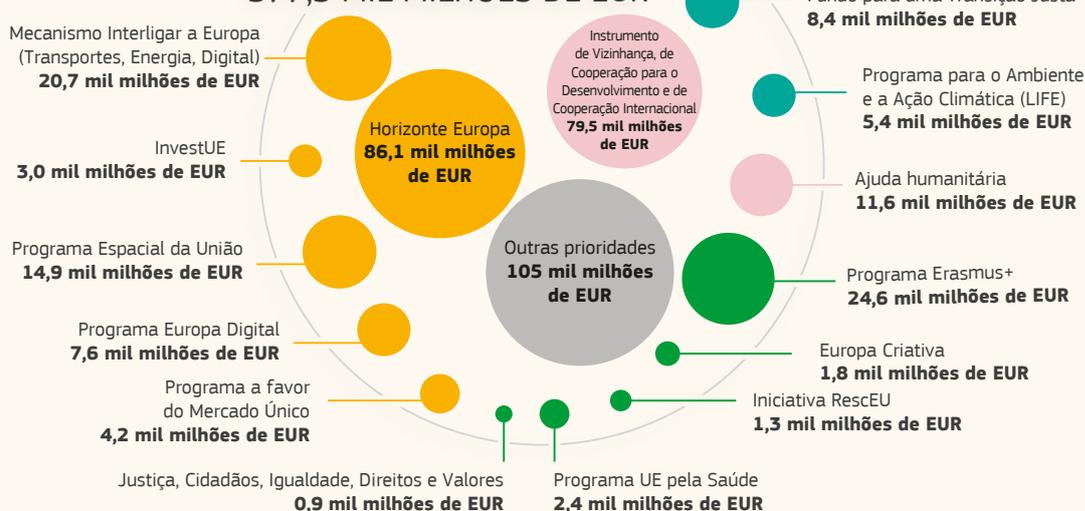
POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC)

378,5 MIL MILHÕES DE EUR



PRIORIDADES NOVAS E REFORÇADAS

377,3 MIL MILHÕES DE EUR



Trata-se apenas do financiamento recebido no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual. Algumas políticas, como a política de coesão, e alguns programas, como o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo para uma Transição Justa, o InvestUE, a RescEU e o Horizonte Europa, recebem dotações complementares no âmbito do NextGenerationEU. O FSE+ beneficia de um montante adicional de 0,8 mil milhões de EUR para o emprego e a inovação social, à margem da política de coesão. Vários programas recebem dotações complementares, por força do artigo 5.º do Regulamento QFP e da reutilização das autorizações anuladas prevista no artigo 15.º do Regulamento Financeiro no âmbito de eventuais reembolsos do Fundo Europeu de Desenvolvimento. O montante exato das dotações complementares será determinado anualmente.

Todos os montantes são expressos em mil milhões de EUR, a preços correntes, a partir de novembro de 2020.

Fonte: infografia inicialmente concebida pelo Conselho da União Europeia.



3. ASSEGURAR UMA EUROPA MAIS ECOLÓGICA, MAIS DIGITAL E MAIS JUSTA DO PONTO DE VISTA SOCIAL

PACTO ECOLÓGICO EUROPEU

A nossa saúde depende da saúde do planeta. Somente um planeta saudável pode sustentar o bem-estar a longo prazo dos cidadãos da UE. Simultaneamente, a transição ecológica proporciona grandes oportunidades económicas e pode impulsionar a recuperação da Europa. Ao longo de toda a pandemia, a Comissão Europeia intensificou os seus trabalhos para concretizar na prática o **Pacto Ecológico Europeu**. A seguir ao instrumento NextGenerationEU, a Comissão apresentou legislação destinada a permitir que os cidadãos e a economia continuem a prosperar, aprendendo simultaneamente a viver no respeito dos limites do nosso planeta.

Em junho de 2021, o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram a **Lei Europeia em matéria de Clima**, um marco fundamental na aplicação do Pacto Ecológico Europeu. Consagra na legislação o compromisso da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050 e a meta intercalar de reduzir, em termos líquidos e até 2030, as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 %, face aos níveis de 1990.

Para alcançar estes objetivos ambiciosos, em 14 de julho de 2021 a Comissão apresentou o conjunto de medidas **do Pacto Ecológico Europeu**. Neste pacote, anunciado pela primeira vez pela presidente Ursula von der Leyen no seu discurso sobre o estado da União de 2020, a Comissão apresentou doze propostas diferentes.

A **Lei Europeia em matéria de Clima** consagra na legislação o compromisso da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050.



Um sistema **de comércio de licenças de emissão da UE** reforçado, que será aplicável aos transportes rodoviários, ao setor imobiliário e ao setor marítimo, sendo a equidade do processo de transição assegurada por meio de um Fundo Social para o Clima, destinado a ajudar os agregados familiares vulneráveis da UE a pagar faturas de energia, adquirir veículos elétricos ou renovar imóveis para habitação.



Metas nacionais mais ambiciosas no âmbito do **Regulamento Partilha de Esforços**, que estabelece objetivos vinculativos para a redução das emissões anuais de gases com efeitos de estufa para cada Estado-Membro, com base nos princípios da equidade, da relação custo-eficácia e da integridade ambiental.



Maior eficiência energética e maior proporção de **fontes de energia renováveis** nos sistemas energéticos da UE.



Maiores incentivos à **recuperação e plantação dos sumidouros naturais de carbono** no setor do uso do solo no âmbito de uma regulamentação revista relativa às atividades relacionadas com o uso do solo, a alteração do uso do solo e as florestas.



Normas revistas e mais estritas em matéria de **emissões de CO₂ dos automóveis e dos veículos comerciais ligeiros**, a fim de assegurar uma clara trajetória em direção a uma mobilidade sem emissões em 2050, juntamente com infraestruturas suficientes e adequadas para combustíveis alternativos.



Propostas para impulsionar a **adoção de combustíveis alternativos nos setores da aviação e dos transportes marítimos**, a fim de reduzir as correspondentes emissões de CO₂.



Um mecanismo de ajustamento carbónico fronteiriço **para evitar a fuga de carbono** e promover ambições climáticas em países terceiros, respeitando simultaneamente as regras da Organização Mundial do Comércio.



Propostas para **alinhar a tributação** dos produtos energéticos e da eletricidade com as maiores ambições climáticas da UE.

Trata-se apenas da última etapa de um ano de inúmeras iniciativas no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.

Pouco depois de ter sido proferido o discurso sobre o estado da União do ano passado, em 14 de outubro de 2020, a Comissão apresentou a proposta relativa à **Iniciativa Vaga de Renovação**, destinada a impulsionar a renovação de edifícios públicos e privados, a fim de os tornar mais eficientes do ponto de vista energético. A vaga de renovação visa duplicar as taxas anuais de renovação energética nos próximos dez anos, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa na Europa e criando até 160 000 postos de trabalho ecológicos adicionais no setor da construção. Dado que quase 34 milhões de europeus não têm meios para aquecer adequadamente as suas casas, a renovação melhorará também a saúde e o bem-estar das pessoas vulneráveis, reduzindo simultaneamente as suas faturas de energia.

A fim de assegurar uma transição socialmente justa e equilibrada, sem recorrer a combustíveis fósseis e a indústrias altamente poluentes, em 2021 foi disponibilizado aos Estados-Membros um financiamento ao abrigo do **Mecanismo para uma Transição Justa**, incluindo o Fundo para uma Transição Justa e o mecanismo de crédito ao setor público, nomeadamente para promover a diversificação dos postos de trabalho e das empresas nas regiões mais afetadas.

Em 18 de novembro de 2020, a Comissão apresentou a sua abordagem geral para concretizar os **objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas**. No dia seguinte, apresentou a **Estratégia da UE para a Energia Renovável Marítima**, que visa impulsionar o aumento da produção de energia marítima.

Em 9 de dezembro de 2020, a Comissão adotou a **Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente**, juntamente com um plano de ação composto por 82 iniciativas, que define

O plano de ação para a poluição zero estabelece as metas fundamentais para 2030:

melhorar a qualidade do ar e da água

em **55 %** e **50 %**, respectivamente.

uma trajetória clara para alcançar até 2050 uma redução de 90 % das emissões de gases com efeito de estufa relacionadas com os transportes.

A Comissão adotou igualmente, em 23 de fevereiro de 2021, uma nova **estratégia da UE para a adaptação às alterações climáticas**, que indica o modo como a UE se pode tornar resiliente às alterações climáticas até 2050. Em maio, a Comissão cumpriu a sua promessa de apresentar um **plano de ação para a poluição zero**, propondo uma nova abordagem para uma **economia azul sustentável**, destinada a proporcionar maior coerência e sinergias às indústrias que operam em torno dos oceanos, mares e zonas costeiras. O plano de ação para a poluição zero estabelece as metas fundamentais para 2030: melhorar a qualidade do ar e da água em 55 % e 50 %, respetivamente.

Os investidores precisam de regras claras para reorientarem os investimentos a favor das tecnologias e empresas mais sustentáveis e para apoiarem os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Por este motivo, em abril de 2021, a Comissão propôs critérios técnicos para classificar as atividades económicas sustentáveis por meio do **Regulamento Delegado Taxonomia Climática da UE**, que abrange os setores responsáveis por 80 % das emissões diretas de gases com efeito de estufa na UE. A Comissão propôs igualmente uma **Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas**, a fim de exigir que todas as grandes empresas divulguem o seu desempenho no domínio do clima e da sustentabilidade. Em julho de 2021, adotou uma **estratégia de financiamento da transição para uma economia sustentável**, que clarifica a forma como todos os setores da economia real podem transitar para a sustentabilidade, como o setor financeiro deve contribuir para esta transição, como tornar o financiamento sustentável mais inclusivo e como afirmar a liderança mundial da UE neste domínio. A Comissão adotou igualmente, em julho de 2021, uma proposta de regulamento que estabelece uma norma aplicável às **obrigações «verdes» europeias**.

Com a **estratégia para o metano**, a Comissão Europeia apresentou um roteiro claro para a redução das emissões de metano na UE. A **Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos** visa estimular a inovação, tendo em vista obter produtos químicos seguros e sustentáveis e reforçar a proteção da saúde humana e do ambiente. A Comissão propôs igualmente um novo quadro regulamentar aplicável às **baterias**, a fim de as tornar mais sustentáveis ao longo de todo o seu ciclo de vida.

A recém-reformada **política agrícola comum**, sobre a qual foi alcançado um acordo provisório em junho de 2021, deve permitir que a agricultura europeia se torne mais ecológica, mais justa e mais flexível. Coaduna-se com o **plano de ação para a produção biológica**, de março de 2021, que visa converter 25 % das terras agrícolas à agricultura biológica até 2030. Em 16 de julho, a Comissão adotou uma nova **estratégia no domínio da silvicultura**, destinada a salvaguardar a existência de florestas saudáveis e resilientes, suscetíveis de contribuir significativamente para a inversão da perda de biodiversidade e o objetivo da neutralidade climática.

Trata-se da mais ambiciosa revisão da legislação da UE, tendo em vista preparar a economia europeia para um futuro com impacto neutro no clima e combater as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a escassez de recursos. Juntamente com os enormes recursos provenientes do NextGenerationEU, trata-se de um gigantesco passo por parte do nosso continente rumo ao **objetivo de neutralidade climática até 2050**.

O Pacto Ecológico Europeu não é apenas uma ambiciosa iniciativa ambiental e económica: é também um novo projeto cultural. O **novo Bauhaus Europeu**, uma iniciativa anunciada pela presidente Ursula von der Leyen no seu discurso sobre o estado da União de 2020, criou um espaço de criação conjunta onde arquitetos, artistas, estudantes, engenheiros e *designers* colaboram entre si no sentido de conjugar sustentabilidade, estilo e inclusão social. O **New European Bauhaus** lançou um movimento que promove a transformação das áreas construídas e o desenvolvimento de um estilo de vida mais ecológico e equitativo; milhares de contributos e eventos em toda a Europa lançaram os alicerces para as próximas etapas da iniciativa.



O **programa Horizonte Europa** será igualmente determinante para alcançar os objetivos do Pacto Ecológico, uma vez que consagrará pelo menos 35 % do seu orçamento total a objetivos climáticos, nomeadamente através de parcerias a longo prazo com a indústria em domínios fundamentais como o hidrogénio limpo, a aviação e as baterias.

A UE mobilizou 1 000 milhões de EUR no quadro do primeiro convite à apresentação de propostas à escala mundial no âmbito do Pacto Ecológico, a favor da investigação e inovação, para promover a tecnologia, melhorar os conhecimentos respeitantes à ação climática e às questões de sustentabilidade e reforçar a adesão dos cidadãos aos objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Registou-se uma espantosa reação por parte da comunidade de investigação, dos setores público e privado, tendo sido superado o montante de **8 mil milhões de EUR**.

Uma nova ação irá também apoiar, promover e dar a conhecer 100 cidades europeias no decurso da sua transformação em direção à neutralidade climática até 2030 e que se tornarão polos experimentais e de inovação para todas as demais.

A sustentabilidade exige uma profunda transformação das mentalidades e a participação direta dos cidadãos. Todos os cidadãos podem desempenhar um papel na transição ecológica. Por este motivo, a Comissão lançou o **Pacto Europeu para o Clima**, em dezembro último, no âmbito do Pacto Ecológico. O pacto reúne pessoas de todos os quadrantes, permitindo-lhes inspirar-se e aprender numa base recíproca, atuando simultaneamente a título voluntário como embaixadores do Pacto para o Clima. A rede já conta com mais de 501 embaixadores oriundos de todos os Estados-Membros.

CONCRETIZAR A DÉCADA DIGITAL DA EUROPA

A pandemia de COVID-19 demonstrou as vantagens fundamentais da digitalização. A infraestrutura digital europeia, de craveira mundial, traduziu-se em grandes vantagens ao longo da pandemia, permitindo comunicar com amigos e familiares, trabalhar a partir de casa e fazer compras em linha. No entanto, a pandemia também tornou patente a necessidade de acelerar ainda mais a transformação digital da Europa.

Em 9 de março de 2021, a Comissão apresentou uma nova visão para a transformação digital da Europa até 2030. A **Década Digital da Europa** assenta em quatro pilares fundamentais, conforme delineado no gráfico seguinte.



A UE mobilizou **1 000 milhões de EUR** no quadro do primeiro convite à apresentação de propostas à escala mundial no âmbito do Pacto Ecológico, a favor da investigação e inovação.

Infraestruturas digitais seguras e sustentáveis

- **Conectividade**
Gigabit para todos, generalização da rede 5G em todo o território
- **Semicondutores de ponta**
Duplicar a percentagem da UE na produção mundial
- **Dados – periferia e nuvem**
10 000 nós periféricos de alta segurança com impacto neutro no clima
- **Computação**
Primeiro computador com aceleração quântica



Transformação digital das empresas

- **Adoção de tecnologias**
75 % das empresas da UE utilizam computação em nuvem/IA/megadados
- **Inovadores**
Crescimento das empresas em fase de expansão e financiamento para duplicar as empresas-unicórnio da UE
- **Utilizadores tardios**
Mais de 90 % das PME atingem, pelo menos, um nível básico de intensidade digital

Competências

- **Especialistas em TIC**
20 milhões, e melhorar a convergência de género
- **Competências digitais básicas**
80 % da população, no mínimo

Digitalização dos serviços públicos

- **Serviços públicos fundamentais**
100 % em linha
- **Saúde em linha**
100 % dos cidadãos têm acesso ao seu processo clínico
- **Identidade digital**
80 % dos cidadãos utilizam a identificação digital

Estes quatro domínios fazem parte das **Orientações para a Digitalização da Europa**, que traduzirão em termos concretos as ambições digitais da UE para 2030, com base em marcos fundamentais, uma sólida estrutura de governação conjunta e eventuais projetos plurinacionais que combinem investimentos por parte da UE, dos Estados-Membros e do setor privado. A fim de capacitar e proteger todos os cidadãos da UE, a Comissão proporá a inclusão de um conjunto de princípios e de direitos digitais numa **declaração interinstitucional solene**.

Para apoiar a transição digital, a Comissão apresentou uma série de propostas legislativas fundamentais desde o discurso sobre o estado da União do ano passado. Em primeiro lugar, em 15 de dezembro de 2020, propôs uma reforma ambiciosa do espaço digital, por meio do **Regulamento Serviços Digitais** e do **Regulamento Mercados Digitais**. O Regulamento Serviços Digitais tem por objetivo garantir que os valores que defendemos também sejam respeitados em linha. Isto significa, no seu sentido mais básico, que aquilo que é ilegal no mundo físico também deve ser ilegal em linha. O Regulamento Serviços Digitais esclarece igualmente que as grandes plataformas de redes sociais devem assumir maiores responsabilidades do que um mero sítio Web ou mercado local. Regula assim as atividades das grandes plataformas digitais, por forma a preservar a abertura e a competitividade do mercado único digital europeu.

Considerados no seu conjunto, estes dois regulamentos criam um código normativo moderno para o mercado único, assente nos valores europeus. Promoverão a inovação, o crescimento e a concorrência, para além de proporcionar aos utilizadores novos serviços em linha, melhores e mais fiáveis.

Apenas algumas semanas antes, em 25 de novembro, a Comissão tinha apresentado o **Regulamento Governação de Dados**, a fim de facilitar a partilha de dados em toda a UE e entre os setores, bem como no intuito de apoiar os espaços europeus de dados; a nova **Diretiva Segurança das Redes e da Informação**, para aumentar a ciber-resiliência dos setores públicos e privados essenciais, tais como hospitais, redes de energia, caminhos de

ferro, centros de dados, administrações públicas, laboratórios de investigação e instalações que fabricam dispositivos médicos e medicamentos de importância crítica; o primeiro quadro jurídico jamais apresentado em matéria de **inteligência artificial**, a fim de garantir a segurança e os direitos fundamentais das pessoas e das empresas, reforçando simultaneamente a adoção da inteligência artificial, o investimento e a inovação em toda a UE; e uma proposta relativa a uma **identidade digital europeia** a disponibilizar a todos os cidadãos, residentes e empresas da UE para comprovar a sua identidade, partilhar documentos eletrónicos e aceder a serviços em linha.

Além disso, a Comissão lançou um inquérito setorial sobre a Internet das coisas para os consumidores, com vista a identificar, numa fase precoce, potenciais problemas de concorrência neste setor em crescimento. Continua igualmente a aplicar de forma determinada as regras da concorrência, tendo aberto novas investigações relativas a eventuais abusos por parte dos controladores de acesso digitais a vários mercados, como a publicidade digital. Todas estas iniciativas são fundamentais para concretizar a visão da Comissão sobre a **Década Digital da Europa**.

A fim de reforçar a vantagem tecnológica da Europa e apoiar a sua base industrial, a Comissão adotou, em 22 de fevereiro de 2021, um **plano de ação comportando 11 pontos sobre as sinergias entre os setores civis, da defesa e do espaço**.

Os serviços financeiros digitais estão a modernizar a economia europeia e a transformar a Europa num interveniente digital à escala mundial. Assim, a Comissão propôs, em setembro de 2020, um **pacote Finança Digital**, para um setor financeiro da UE competitivo, que faculte aos consumidores o acesso a produtos financeiros inovadores, garantindo simultaneamente a proteção desses consumidores e a estabilidade financeira. O pacote inclui uma **estratégia para as atividades financeiras digitais** e propostas sobre **criptoativos** e **a resiliência operacional digital**. Apostar nas atividades financeiras digitais impulsionará a inovação europeia e ajudará a desenvolver melhores produtos financeiros para os consumidores, nomeadamente para as pessoas que não dispõem atualmente de qualquer tipo de acesso a serviços financeiros. Proporcionará novas formas de orientar o financiamento para as empresas da UE, em especial para as pequenas e médias empresas.

A UE necessita de um setor financeiro digital competitivo, que faculte aos consumidores o acesso a produtos financeiros inovadores, garantindo simultaneamente a proteção desses consumidores e a estabilidade financeira. A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu estão a analisar conjuntamente, a nível técnico, uma série de questões jurídicas, técnicas e políticas decorrentes da eventual introdução de um **euro digital**.

FORTALECER O MERCADO ÚNICO EM PROL DA RECUPERAÇÃO DA EUROPA

No intuito de fortalecer o mercado único em prol da recuperação da Europa, a Comissão Europeia **atualizou**, em 5 de maio de 2021, **a estratégia industrial da UE do ano passado**. As novas medidas beneficiarão em grande medida as pequenas empresas e as empresas em fase de arranque, graças ao reforço do mercado único e a uma menor dependência em termos de fornecimento, e contribuirão igualmente para configurar a aceleração das transições ecológica e digital.

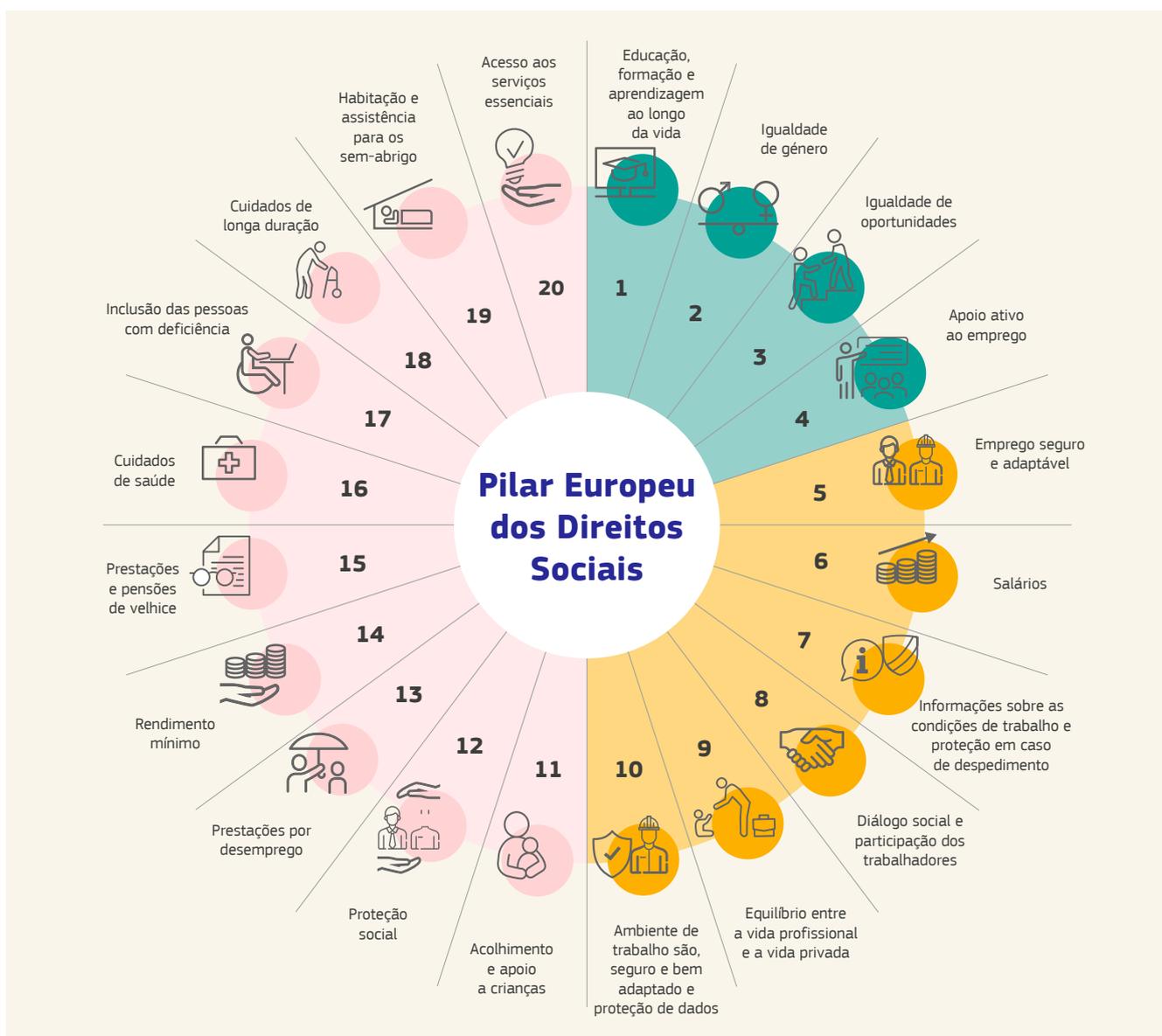
Os progressos significativos realizados no desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis, inovadoras e competitivas a nível mundial foram possíveis graças a uma abordagem baseada em alianças, nomeadamente a Aliança Europeia para as Baterias, a Aliança Europeia das Matérias-Primas e a Aliança para o Hidrogénio.



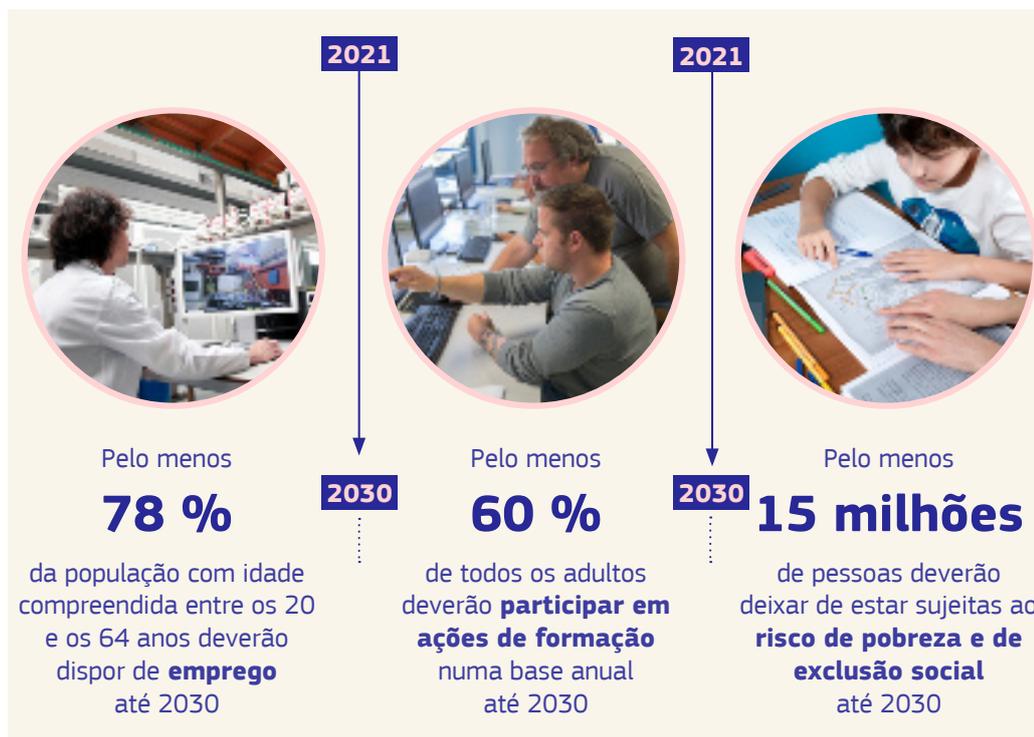
A Comissão apresentou o **Regulamento Governação de Dados**, a fim de facilitar a partilha de dados em toda a UE e entre os setores e de apoiar os espaços europeus de dados.

CONSTRUIR UMA SÓLIDA EUROPA SOCIAL

A UE possui uma **economia social de mercado** única. A pandemia resultou em mudanças imediatas e drásticas a nível dos postos de trabalho, dos sistemas de segurança social e da vida social. Mesmo antes da pandemia, os mercados de trabalho e as economias da UE já estavam a ser reconfigurados pelos impactos das alterações climáticas, da digitalização e da evolução demográfica. Para fazer face às necessidades decorrentes destas transformações a longo prazo e combater o impacto imediato da pandemia, a UE precisa de um novo código normativo social, a fim de garantir que a promessa no âmbito social da União Europeia continue a ser a mesma, mesmo num mundo em mutação.



A **Cimeira Social do Porto** representou um ponto de viragem para os direitos sociais na Europa. Os dirigentes da UE, os parceiros sociais e os representantes da sociedade civil reuniram-se, em 7 e 8 de maio de 2021, e comprometeram-se a continuar a aplicar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, afirmando que chegou o momento de os concretizar na prática. No Porto, os dirigentes da UE aprovaram a proposta da Comissão de criar um novo conjunto de metas sociais mensuráveis a atingir até 2030.



A proposta de diretiva relativa a **salários mínimos adequados**, apresentada em outubro de 2020, estabelece um quadro para garantir que as pessoas que auferem o salário mínimo não estejam em risco de pobreza e possam viver de forma digna, promovendo uma convergência social e económica ascendente. O que precede dá resposta ao princípio 6 do Pilar.

O **Pacto para as Competências**, lançado em novembro de 2020, reúne partes interessadas de ecossistemas inteiros, para definir a forma como podem empenhar-se na requalificação e na melhoria das competências dos trabalhadores, preparando-os para os postos de trabalho atuais e futuros. O que precede dá resposta ao princípio 1 do Pilar e ajudar-nos-á a alcançar a meta quanto à participação anual de 60 % dos adultos em ações de formação.

A recomendação sobre um **apoio ativo e eficaz ao emprego** na sequência da crise da COVID-19, apresentada em março de 2021, emite orientações concretas aos Estados-Membros sobre medidas estratégicas, prevendo possibilidades de financiamento por parte da UE a título de apoio, no sentido de assegurar uma transição gradual das medidas de emergência destinadas a manter os postos de trabalho durante a crise da COVID-19 para as novas medidas necessárias para uma recuperação que seja fonte de emprego. O seu objetivo é ajudar as pessoas a passar de setores em declínio para setores em crescimento, a fim de tirarem partido dos benefícios que advirão das transições ecológica e digital. O que precede dá resposta ao princípio 4 do Pilar e ajudará a cumprir o objetivo de termos pelo menos 78 % dos adultos empregados.

A **Garantia Europeia para a Infância**, apresentada em março de 2021, foi adotada pelos Estados-Membros num prazo recorde, ou seja, em apenas dois meses. Dada a existência de 18 milhões de crianças em risco de pobreza ou exclusão social antes da pandemia, são necessárias medidas urgentes para quebrar o círculo vicioso da desigualdade, assegurando a igualdade de oportunidades para todos. A Garantia para a Infância proporciona às crianças necessitadas o acesso a serviços essenciais, gratuitamente ou a preços comportáveis. O que precede dá resposta ao princípio 11 do Pilar e ajudará a cumprir o objetivo de retirarmos da pobreza pelo menos 5 milhões de crianças.

Na Europa, a
esperança de vida à
nascença aumentou
cerca de **dez**
anos
nas últimas
cinco décadas.

O **quadro estratégico atualizado para a saúde e segurança no trabalho**, apresentado em junho de 2021, garante que estejamos a par da evolução mais recente do mundo do trabalho. Formula orientações para melhorar a prevenção de acidentes e de doenças, tanto físicas como mentais, e reforça a preparação para futuras crises sanitárias. O que precede dá resposta ao princípio 10 do Pilar.

A iniciativa do **Espaço Europeu da Educação** e o novo **plano de ação para a educação digital** no período de 2021 a 2027 assegurarão a inclusividade e a qualidade da educação.

A Europa atravessou e continua a enfrentar profundas alterações demográficas. No entanto, apesar dos enormes desafios decorrentes da pandemia de COVID-19, vivemos vidas mais saudáveis, para além de vivermos mais anos. Na Europa, a esperança de vida à nascença aumentou cerca de dez anos tanto para os homens como para as mulheres durante as últimas cinco décadas. Trata-se de uma realização notável, que demonstra o vigor e o valor da economia social de mercado europeia. No entanto, o envelhecimento da população afeta a forma como vivemos; temos de adaptar o modelo social e as políticas sociais da UE a esta nova realidade. Assim, a Comissão Europeia adotou o **Livro Verde sobre o envelhecimento** no início deste ano e lançou um amplo debate público sobre os desafios e as oportunidades decorrentes do impacto a longo prazo do envelhecimento demográfico, que afeta todas as gerações. Os resultados da consulta pública servirão de base às nossas próximas iniciativas estratégicas, no respeitante, por exemplo, aos cuidados continuados, a apresentar em 2022.

O futuro da Europa depende também das zonas rurais, que representam quase 30 % da população da UE (137 milhões de pessoas) e 80 % do seu território. As zonas rurais são intervenientes ativos na dupla transição ecológica e digital da UE. Tem sido e continua a ser nossa ambição melhorar significativamente a qualidade de vida nas zonas rurais. A **visão a longo prazo para as zonas rurais**, lançada em junho de 2021, define o rumo a seguir para alcançar zonas rurais fortes, conectadas, resilientes e prósperas até 2040. Um novo **Pacto Rural** fará eco e dará a conhecer os pontos de vista das comunidades rurais, ao passo que um **Plano de Ação para as Zonas Rurais** lançará uma nova dinâmica nas zonas rurais e tornará esta visão a longo prazo uma realidade. Os nossos objetivos consistem em não deixar nenhum lugar nem ninguém para trás e aproximar a UE dos seus cidadãos, a fim de definir um futuro comum.



UMA UNIÃO DA IGUALDADE

A União Europeia é uma União da Igualdade. Somos uma união de Estados-Membros com sociedades diversificadas: a diversidade faz parte integrante da nossa identidade. A união faz a força e impõe-se a prosperidade em benefício de todos. É esse o significado do lema «Unidos na diversidade».

Para alcançar este objetivo, estamos a pôr em prática políticas e medidas que questionam a discriminação estrutural e os estereótipos que prevalecem frequentemente nas nossas sociedades. Trata-se de criar as devidas condições para que todas as pessoas possam viver, prosperar e dirigir, independentemente do respetivo sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. **Uma União da Igualdade** garantirá também que a tomada de decisões tenha em conta as necessidades de todos nas nossas sociedades e abordará a discriminação intersetorial.

O **plano de ação da UE contra o racismo, adotado** em 18 de setembro de 2020, define um conjunto de medidas para combater o racismo através do direito da UE e recorrendo a outros meios, como a colaboração com os Estados-Membros, incluindo os serviços policiais nacionais, os meios de comunicação social e a sociedade civil, tirando partido das ferramentas da UE, atuais e futuras, e refletindo sobre a situação ao nível dos recursos humanos da própria Comissão. O plano de ação apela, nomeadamente, a uma melhor aplicação do direito da UE, a uma coordenação mais estreita com as pessoas de origem racial ou étnica minoritária, bem como a uma ação policial e uma proteção equitativas, ao reforço da intervenção a nível nacional, por meio de planos de ação nacionais, e a uma maior diversidade do pessoal da UE. Para o efeito, em junho de 2021, a Comissão Europeia nomeou o primeiro **coordenador da UE para a luta contra o racismo**.

Todos os ciganos devem ter a oportunidade de realizar plenamente o seu potencial e de participar na vida política, social, económica e cultural. Para alcançar estes objetivos, a Comissão adotou o novo **Quadro Estratégico da UE para a Igualdade, a Inclusão e a Participação dos Ciganos**, a fim de acelerar os progressos, com parâmetros de referência claros que devem ser cumpridos até 2030. Estas orientações e medidas incluem desde a criação de sistemas de apoio aos ciganos vítimas de discriminação, passando pela realização de campanhas de sensibilização nas escolas, pelo apoio à literacia financeira, pela promoção do emprego dos ciganos nas instituições públicas e pela melhoria do acesso a exames médicos de qualidade, à despistagem e ao planeamento familiar.

A União Europeia deve estar na vanguarda dos esforços desenvolvidos para proteger melhor os direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, transgénero, intersexuais e *queer* (LGBTIQ). Por conseguinte, em 11 de novembro de 2020, a Comissão Europeia adotou a **estratégia para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTIQ no período 2020-2025**, que aborda as desigualdades e os desafios que afetam esta comunidade e define uma série de ações específicas para os próximos cinco anos. Trata-se da primeira estratégia da UE em matéria de igualdade das pessoas LGBTIQ. As **ações** articulam-se em torno de quatro pilares principais: combater a discriminação, garantir a segurança, construir sociedades inclusivas e liderar os esforços em prol da igualdade das pessoas LGBTIQ em todo o mundo.



A união faz a
força e impõe-se
a prosperidade
**em benefício
de todos.**



Combater a
discriminação
contra as
pessoas LGBTIQ



Garantir a
segurança das
pessoas LGBTIQ



Construir sociedades
inclusivas para as
pessoas LGBTIQ



Liderar o movimento
em prol da igualdade
das pessoas LGBTIQ
em todo o mundo

Em março de 2021, a Comissão apresentou uma proposta destinada a assegurar a **igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho igual** na UE.

A **igualdade de género** nunca ocupou um lugar tão destacado na agenda da UE. Pretende-se uma União em que as mulheres e os homens sejam livres de seguir o caminho que escolheram na vida, disponham da igualdade de oportunidades para nela prosperar e possam participar de forma idêntica na sociedade europeia e dirigi-la. Para o efeito, a Comissão Europeia apresentou, em 4 de março de 2021, uma proposta destinada a assegurar a **igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho igual** na UE. A proposta estabelece medidas de transparência salarial, como informações sobre as remunerações para os candidatos a emprego, o direito de conhecer os níveis de remuneração dos trabalhadores que realizam o mesmo trabalho, bem como obrigações para as grandes empresas de comunicarem informações sobre as disparidades salariais entre homens e mulheres. A proposta reforça igualmente os instrumentos para que os trabalhadores reivindiquem os seus direitos e facilita o acesso à justiça.

A igualdade de género está também no âmago da ação externa da UE. O **Plano de Ação da UE em matéria de igualdade de género**, lançado em 25 de novembro de 2020, define um novo programa operacional ambicioso para promover a igualdade e garantir que as mulheres e as jovens em todo o mundo estejam capacitadas para participar na construção da democracia, da justiça, da paz e da segurança. Até 2025, 85 % das novas políticas externas da UE, em todos os setores, contribuirão para a igualdade de género e o empoderamento das mulheres.

Em 3 de março de 2021, a Comissão Europeia adotou a **estratégia para os direitos das pessoas com deficiência**, tendo em vista uma Europa sem barreiras que garanta às pessoas com deficiência a plena participação na sociedade e na economia em condições de igualdade com as demais pessoas na UE e em países terceiros. A estratégia visa avançar em todos os domínios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tanto a nível da UE como dos Estados-Membros.

No sentido de preparar a Europa para a próxima geração de europeus, a Comissão apresentou, em 24 de março de 2021, uma nova e abrangente **Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança**.

Baseia-se no princípio fundamental de que todas as crianças na União Europeia e em todo o mundo devem dispor dos mesmos direitos e viver sem discriminação. A estratégia define medidas concretas a respeito de seis prioridades temáticas, incluindo a participação das crianças na vida democrática e política; o combate contra a pobreza infantil e todas as formas de violência contra as crianças; uma justiça reforçada e adaptada às crianças; o apoio e a proteção das crianças no quadro da transição digital; e a intensificação dos trabalhos da UE em matéria de direitos da criança no quadro da sua ação externa. A Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança e a Garantia Europeia para a Infância fundamentam-se em consultas alargadas junto dos cidadãos, das partes interessadas e, acima de tudo, junto de mais de 10 000 crianças, o que se enquadra num esforço deliberado para as colocar no cerne da elaboração das políticas da UE.



PROTEGER AS DEMOCRACIAS EUROPEIAS E O ESTADO DE DIREITO

Em setembro de 2020, a Comissão Europeia apresentou o primeiro **relatório anual sobre o Estado de direito**, que permitiu apreciar globalmente a situação do Estado de direito na UE, tendo também incluído 27 capítulos específicos a cada país. A UE alargou o conjunto de instrumentos já existentes e lançou um debate inclusivo sobre a cultura do Estado de direito em toda a UE.

Em julho de 2021, a Comissão publicou o **segundo relatório sobre o Estado de direito na UE**, que analisou a evolução da situação desde setembro passado. O relatório de 2021 aprofundou a avaliação dos problemas identificados anteriormente e teve em conta o impacto da pandemia de COVID-19. Globalmente, o relatório revelou um grande número de desenvolvimentos positivos nos Estados-Membros, nomeadamente nos domínios em que estão a ser dirimidas as dificuldades identificadas no relatório de 2020. No entanto, subsistem preocupações e, em alguns Estados-Membros, estas agravaram-se, por exemplo no que diz respeito à independência do poder judicial e à situação dos meios de comunicação social. O relatório sublinha igualmente a forte resiliência de que deram provas os sistemas nacionais durante a pandemia de COVID-19. A pandemia ilustrou igualmente a importância da capacidade de manter um sistema de equilíbrio de poderes, que contribui para consolidar o Estado de direito.

O relatório faz parte dos esforços mais amplos desenvolvidos pela UE para promover e defender os seus valores fundadores. Estes trabalhos incluem o Plano de Ação para a Democracia Europeia e a nova Estratégia para Reforçar a Aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais, bem como o novo mecanismo de condicionalidade para proteger o orçamento da UE.

O respeito do Estado de direito é uma condição prévia essencial para uma gestão financeira rigorosa e eficaz dos fundos da UE. Pela primeira vez, a UE dispõe de um mecanismo para proteger o seu orçamento, incluindo o NextGenerationEU, contra violações do princípio do Estado de direito. Este **regime de condicionalidade** permite à União suspender, reduzir ou limitar o acesso ao financiamento da UE de forma proporcional à natureza, à gravidade e ao âmbito das infrações identificadas. O regulamento **é aplicável a partir de 1 de janeiro de 2021** e abrange todas as infrações ocorridas a partir dessa data.

Em dezembro de 2020, a Comissão Europeia apresentou uma nova estratégia para reforçar a aplicação da **Carta dos Direitos Fundamentais na UE**, confirmando um empenhamento renovado na sua plena aplicação.

Numa democracia saudável e próspera, os cidadãos manifestam livremente as suas opiniões, escolhem dirigentes políticos e determinam o seu futuro. O **Plano de Ação para a Democracia Europeia**, apresentado em dezembro de 2020, estabeleceu medidas para manter eleições livres e justas na UE, reforçar a liberdade dos meios de comunicação social e combater a desinformação. Com a revolução digital em curso, os cidadãos devem conseguir distinguir os factos da ficção; e os meios de comunicação social livres e a sociedade civil devem poder participar num debate aberto, sem interferências maliciosas. A Comissão vai propor medidas de carácter jurídico relativas a **anúncios de teor político** dirigidas aos patrocinadores de conteúdos pagos e aos canais de produção e distribuição, incluindo as plataformas em linha, os anunciantes e as empresas de consultoria política, e para clarificar as respetivas responsabilidades. Irá igualmente recomendar a adoção de medidas em matéria de **segurança dos jornalistas** e apresentar uma iniciativa destinada a protegê-los de ações judiciais estratégicas contra a participação pública.

A UE dispõe de um mecanismo para **proteger o seu orçamento** contra violações do Estado de direito.



A **Procuradoria Europeia** iniciou as suas atividades em 1 de junho de 2021.

Em 26 de março de 2021, a Comissão propôs reforçar o **Código de Conduta sobre Desinformação** – o primeiro do género a nível mundial – estabelecendo orientações para o tornar um instrumento mais eficaz no combate à desinformação e incutir confiança nas informações divulgadas em linha.

A Comissão criou igualmente a **Procuradoria Europeia**, que iniciou as suas atividades em 1 de junho de 2021, abrindo um novo capítulo na luta contra a criminalidade transfronteiras. O primeiro Ministério Público supranacional protegerá os contribuintes da UE: investigará e reprimirá crimes como o branqueamento de capitais, a corrupção e a fraude transfronteiras ao IVA.

UMA UNIÃO DA SEGURANÇA

A Comissão está empenhada em preservar a segurança dos cidadãos europeus, tanto no mundo físico como digital. Desde a adoção da Estratégia para a União da Segurança, em julho de 2020, a Comissão apresentou novas iniciativas legislativas importantes para **reforçar a Europol e proteger as infraestruturas físicas e digitais críticas**. A Comissão adotou igualmente uma **Agenda da UE em matéria de Luta contra o Terrorismo** e iniciativas para combater a **criminalidade organizada**, o tráfico de seres humanos e de estupefacientes, o abuso sexual de crianças e o tráfico de armas de fogo, juntamente com uma nova **Estratégia da União Europeia para a Cibersegurança**. Em fevereiro de 2021, começaram a aplicar-se em toda a UE novas regras que restringem o acesso a precursores de explosivos, dificultando a elaboração de explosivos artesanais por parte dos terroristas. Em junho, entraram em vigor normas emblemáticas da UE para combater a difusão de conteúdos terroristas em linha. As plataformas em linha terão de remover os conteúdos terroristas assinalados pelas autoridades dos Estados-Membros no prazo de uma hora. Em julho de 2020, a Comissão apresentou uma nova estratégia contra os abusos sexuais de crianças, tanto no espaço digital como fora dele. Em 2021, com base numa proposta da Comissão, entraram em vigor regras provisórias aplicáveis às medidas voluntárias adotadas pelos prestadores de serviços em linha, tendo em vista a deteção e a denúncia de abusos sexuais de crianças na Internet e a remoção de conteúdos pedopornográficos.

Em junho de 2021, a Comissão apresentou a proposta de criação de uma nova **Ciberunidade Conjunta**, destinada a combater o número crescente de ciberincidentes graves que afetam os serviços públicos, as empresas e a vida dos cidadãos em toda a União Europeia.

A Ciberunidade Conjunta funcionará como uma plataforma para assegurar uma **resposta coordenada da UE** a ciberincidentes e crises de grande dimensão e para prestar assistência com vista à recuperar desses ataques. Atualmente, a UE e os Estados-Membros dispõem de muitas entidades envolvidas em diferentes domínios e setores. Embora os setores possam ser específicos, as ameaças são frequentemente comuns, daí a necessidade de coordenação, partilha de conhecimentos e mesmo alerta prévio.

Em julho de 2021, a Comissão Europeia apresentou um ambicioso pacote de propostas legislativas para reforçar o regime de luta contra o **branqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo** da UE. O pacote inclui igualmente uma proposta de criação de uma nova autoridade da UE para combater o branqueamento de capitais. O pacote visa melhorar a deteção das transações e atividades suspeitas e colmatar as falhas utilizadas pelos criminosos para branquear receitas ilícitas ou financiar atividades terroristas através do sistema financeiro. As regras da UE em matéria de luta contra o branqueamento de capitais figuram entre as mais estritas em todo o mundo. Não obstante, cabe agora proceder à sua aplicação coerente e assegurar a sua estreita supervisão, a fim de garantir a sua eficácia.

NOVO PACTO EM MATÉRIA DE MIGRAÇÃO E ASILO

Em 23 de setembro de 2020, a Comissão apresentou o **Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo**, que representa um novo dealbar no domínio da migração. Associa a gestão robusta e justa das fronteiras a regras eficazes e humanas em matéria de asilo e migração. Trata-se de uma nova abordagem em matéria de responsabilidade e solidariedade, bem como em termos de parcerias com países terceiros e vias legais. O Pacto já está a orientar a ação da Comissão em matéria de migração, nomeadamente no âmbito do diálogo com os países parceiros. Assiste-se à realização de progressos em matéria de alterações legislativas, uma vez que o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram a **Diretiva Cartão Azul** e o regulamento que cria a **Agência da União Europeia para o Asilo**.



Reforçar a confiança graças a procedimentos melhores e mais eficazes



Boa gestão das fronteiras Schengen e das fronteiras externas



Solidariedade efetiva



Competências e talentos



Aprofundamento das parcerias internacionais



Flexibilidade e resiliência

A fim de assegurar uma integração mais inclusiva e um maior reconhecimento do importante contributo dos migrantes para as sociedades e economias da União Europeia, a Comissão apresentou, em novembro de 2020, o **Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão 2021-2027**. Em fevereiro de 2021, adotou uma comunicação e um primeiro relatório sobre a cooperação em matéria de regresso e readmissão com os principais países terceiros. Reconhecendo a importância de promover a mobilidade legal, a Comissão organizou igualmente, em junho de 2021, uma cerimónia de lançamento de parcerias para atrair talentos, que contou com a participação de pessoas de alto nível.

A **primeira estratégia da UE de regresso voluntário e reintegração de migrantes** foi adotada em abril de 2021. Visa facilitar os regressos voluntários a partir dos Estados-Membros e dos países de trânsito, melhorar a qualidade dos programas de regresso e reintegração e reforçar os vínculos com as iniciativas de desenvolvimento e cooperação com países parceiros.



Em 2 de junho de 2021, a Comissão apresentou uma **nova estratégia para reforçar o espaço Schengen**, a fim de assegurar a gestão eficaz das fronteiras externas da UE, reforçar a cooperação policial e judiciária, melhorar a preparação e a governação e concluir o alargamento do espaço Schengen.

Em agosto de 2021, a **Bielorrússia** impeliu um fluxo de migrantes irregulares para a fronteira lituana (cerca de 4 120 chegadas em 2021, até 10 de agosto, ou seja, 55 vezes mais do que em 2020), numa tentativa de instrumentalizar vidas humanas e sofrimento humano para fins políticos. A UE apoiou a Lituânia através de um vasto conjunto de ações: três agências da UE apoiaram a Lituânia no terreno com mais de 150 pessoas; a Comissão concedeu 37,6 milhões de EUR de financiamento de emergência para instalações de acolhimento, serviços e apoio a cerca de 8 000 migrantes; 16 Estados-Membros e a Noruega enviaram ajuda humanitária por meio do Mecanismo de Proteção Civil da UE, a Comissão e o alto representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança lançaram um apelo aos países de origem, nomeadamente ao Iraque; e a autoridade de aviação civil iraquiana suspendeu todos os voos do Iraque para a Bielorrússia. Em 18 de agosto, uma reunião a nível ministerial do Mecanismo Integrado da UE de Resposta Política a Situações de Crise (IPCR) reiterou a abordagem da UE.

Na sequência da evolução da situação registada no **Afeganistão** durante o verão de 2021, a Comissão delineou uma abordagem geral para fazer face à crise, que inclui prestar apoio às pessoas deslocadas no Afeganistão, e apoio aos países da região que acolhem nacionais afegãos, através da ajuda humanitária e da ajuda ao desenvolvimento, e aumentar as quotas de reinstalação para ajudar as pessoas vulneráveis, combatendo simultaneamente os riscos de migração irregular e a introdução clandestina de migrantes e assegurando a gestão das fronteiras da UE. A Comissão manifestou a sua disponibilidade para analisar os meios orçamentais necessários para apoiar os Estados-Membros que irão assumir a responsabilidade de ajudar a reinstalar refugiados.

4. GEOPOLÍTICA DO MUNDO PÓS-PANDEMIA

Nos primeiros dias da pandemia, muitos líderes mundiais optaram por uma abordagem do tipo «o meu país primeiro». Não foi essa a escolha da UE. A Comissão Europeia tem trabalhado constantemente para reunir diferentes intervenientes internacionais, criando novas coligações e novas iniciativas de cooperação para combater a COVID-19 e lançar uma recuperação mundial sustentável.

A Europa tem estado no ângulo da cooperação mundial em matéria de vacinas. A Comissão foi uma das principais forças motrizes subjacentes à criação do **Acelerador ACT** e do mecanismo **COVAX**, aos **trabalhos do G7** para partilhar vacinas com países de rendimento baixo e médio e à primeira **Cimeira Mundial da Saúde**. Além disso, trabalhámos com outras grandes economias para definir uma abordagem comum perante a crise económica, colocando a saúde do nosso planeta e os **objetivos de desenvolvimento sustentável** no cerne da recuperação. Colaborámos com as Nações Unidas, o Reino Unido, os Estados Unidos e outros parceiros internacionais para reforçar o nível de ambição mundial na antecipação da 26.ª Conferência das Partes (COP26) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a realizar em Glasgow, e da Conferência das Nações Unidas sobre a Biodiversidade, que terá lugar em Kunming, na China. A Europa tem sido um dos principais motores da cooperação internacional.



Em 2021, a UE manteve-se firme na defesa dos seus valores e interesses fundamentais, defendendo os direitos humanos em todo o mundo. A UE recorreu pela primeira vez ao **regime global de sanções em matéria de direitos humanos** que tinha adotado em dezembro de 2020, tendo imposto sanções contra pessoas e entidades na China, Eritreia, Líbia, Coreia do Norte, Rússia e Sudão do Sul. Trata-se de pessoas ou entidades responsáveis por graves violações e abusos dos direitos humanos, desde tortura, execuções extrajudiciais e assassinios até ao desaparecimento forçado de pessoas, detenções arbitrarias e recurso sistemático ao trabalho forçado.



NOVOS CAPÍTULOS COM OS NOSSOS PARCEIROS MAIS PRÓXIMOS

No final de 2020, a União Europeia abriu um novo capítulo na sua parceria com o Reino Unido. Em 24 de dezembro de 2020, a **UE e o Reino Unido assinaram um Acordo de Comércio e Cooperação mutuamente benéfico**, destinado a proteger os interesses comuns de ambas as partes e a assegurar uma concorrência leal do outro lado do Canal da Mancha. O acordo entrou em vigor em 1 de maio de 2021. Simultaneamente, a UE concederá um apoio financeiro adicional ao abrigo da Reserva de Ajustamento ao Brexit às regiões e atividades económicas mais afetadas pelo acordo.

A plena execução do Acordo de Saída UE-Reino Unido, incluindo o seu Protocolo relativo à Irlanda e à Irlanda do Norte, continua a ser uma prioridade para a UE e um pré-requisito para uma parceria estreita e frutuosa com base em ambos os acordos.

O final do ano representou também o virar de uma página no que respeita aos Estados Unidos. Pouco depois das eleições dos EUA de novembro de 2020, a Comissão Europeia e o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança definiram uma **nova agenda UE-EUA para uma mudança a nível mundial**, tendo em vista uma parceria transatlântica revitalizada e adaptada à atual conjuntura mundial, abrangendo quatro domínios interligados: a recuperação da COVID-19, a proteção do planeta e a salvaguarda da prosperidade, o reforço da cooperação no âmbito da tecnologia, do comércio e da normalização e a colaboração mútua para um mundo mais seguro e mais democrático.

Na **Cimeira UE-EUA** de 15 de junho de 2021, a primeira em sete anos, os dirigentes da UE e o Presidente dos EUA, Joe Biden, reafirmaram o seu empenho transatlântico. A cimeira demonstra que a nova agenda transatlântica já está a produzir resultados: a UE e os Estados Unidos criaram um **Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA** de alto nível que servirá de fórum de coordenação das abordagens adotadas a respeito de questões fundamentais no âmbito do comércio, da economia e da tecnologia a nível mundial, bem como para aprofundar o comércio transatlântico e as relações económicas com base em valores democráticos partilhados, a fim de maximizar em conjunto as oportunidades de colaboração transatlântica orientada para o mercado, reforçar a liderança tecnológica e industrial de ambas as partes e expandir o comércio e o investimento bilaterais.

Paralelamente ao Conselho de Comércio e Tecnologia, será estabelecido um diálogo UE-EUA sobre a política da concorrência aplicável por ambas as partes aos setores tecnológicos, centrado no desenvolvimento de abordagens comuns e no reforço da cooperação em matéria de política de concorrência, bem como na sua aplicação ao setor da tecnologia. A UE e os Estados Unidos comprometeram-se igualmente a reforçar a cooperação para combater as alterações climáticas, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade, promover o crescimento ecológico, proteger os nossos oceanos e apelar a uma ação ambiciosa por parte de todos os outros principais intervenientes.

A UE e os Estados Unidos criaram um **Conselho de Comércio e Tecnologia de alto nível.**

A Comissão delineou um plano geral de apoio económico a uma futura **Bielorrússia** democrática.

RELAÇÕES COM A CHINA E A RÚSSIA

O final de 2020 assinalou a conclusão de intensas negociações com a China, que resultaram num ambicioso acordo global de investimento. A **China** é um concorrente económico, mesmo um adversário sistémico, mas também um parceiro de cooperação da UE na resposta aos desafios ambientais globais e em termos de comércio com 1,4 mil milhões de consumidores. O **acordo global de investimento** visa criar condições equitativas para as empresas da UE e incorporar obrigações de sustentabilidade nas relações de investimento com a China.

A fim de garantir que todos cumprem regras idênticas no mercado único, a Comissão apresentou, em maio de 2021, uma proposta de regulamento para controlar as **subvenções que distorcem a concorrência**, concedidas por governos estrangeiros a empresas ativas na UE. Não podemos continuar a aceitar que as empresas da UE, sujeitas às regras da União em matéria de auxílios estatais, sejam colocadas em desvantagem em relação às que beneficiam de apoio não controlado por parte de outros países.

As ações da China conduziram à aplicação, pela primeira vez, de **sanções da UE** contra funcionários chineses responsáveis por violações dos direitos humanos contra a população uigure.

Foi igualmente estabelecido um **diálogo de alto nível sobre ambiente e clima** com a China, em reconhecimento do papel fundamental deste país e do seu crescente empenho na luta mundial contra as alterações climáticas.

Em junho de 2021, a Comissão Europeia e o alto representante apresentaram recomendações sobre a forma de atualizar a **política da UE em relação à Rússia**. Propusemos que a UE, simultaneamente, condene, sancione e dialogue com a Rússia. Um empenhamento construtivo por parte dos dirigentes russos é indispensável para inverter a atual evolução negativa no quadro desta relação importante. A UE continuou a opor-se firmemente às violações dos direitos humanos e a defender os valores democráticos. Em março de 2021, a UE aplicou sanções contra quatro pessoas por estarem diretamente associadas à prisão arbitrária, ao julgamento e à condenação do opositor russo Alexei Navalny pelas autoridades russas, bem como à repressão por estas últimas dos protestos pacíficos a este respeito.

Em maio de 2021, a Comissão apresentou ao Conselho as linhas gerais de um plano geral de apoio económico a uma futura **Bielorrússia** democrática, no valor de 3 mil milhões de EUR. Desde outubro de 2020, a UE tem vindo a impor progressivamente medidas restritivas contra pessoas e entidades responsáveis pela natureza fraudulenta das eleições presidenciais de agosto de 2020 e pela intimidação e repressão violenta de manifestantes pacíficos, membros da oposição e jornalistas. No total, 166 pessoas e 15 entidades estão atualmente sujeitas a medidas restritivas, que incluem o congelamento de bens de pessoas e entidades e a proibição de viajar aplicável a determinadas pessoas específicas.

A UE também reagiu com firmeza à aterragem forçada, em 23 de maio, de um voo da Ryanair em Minsk, impondo a todas as transportadoras aéreas bielorrussas uma proibição de sobrevoo do espaço aéreo e de acesso aos aeroportos da UE e adotando sanções económicas específicas.

DIÁLOGO COM OS NOSSOS VIZINHOS DOS BALCÃS OCIDENTAIS E DO MEDITERRÂNEO

Num esforço renovado para afirmar que o lugar dos Balcãs Ocidentais é na UE, a Comissão adotou o pacote anual do alargamento em outubro de 2020, que define as prioridades de reforma a abordar pelos países candidatos e potencialmente candidatos. Paralelamente, a Comissão adotou também um **plano económico e de investimento para os Balcãs Ocidentais**, apoiado por um financiamento num montante máximo de 9 mil milhões de EUR, a favor de iniciativas emblemáticas em matéria de investimento. O plano, juntamente com a respetiva agenda ecológica, visa estimular uma recuperação a longo prazo apoiada pela dupla transição ecológica e digital. Em 2 de junho de 2021, o Parlamento, o Conselho e a Comissão chegaram a um acordo político sobre o Instrumento de Assistência de Pré-Adesão III, abrindo caminho à assistência de pré-adesão, nomeadamente através da execução do plano económico e de investimento acima referido.

Em março de 2021, a Comissão e o alto representante apresentaram ao Conselho Europeu uma comunicação conjunta sobre a situação das relações políticas, económicas e comerciais **UE-Turquia**. Adotando uma abordagem faseada, proporcionada e reversível, a UE está disposta a colaborar com a Turquia para reforçar a cooperação numa série de domínios. Tal é do nosso interesse comum e poderá ser prosseguido gradualmente, desde que os esforços construtivos da Turquia sejam sustentados e reforçados. Reconhecendo a importância de continuar a apoiar os refugiados sírios e as comunidades de acolhimento na Jordânia, no Líbano, na Turquia e noutras partes da região, a Comissão propôs, em junho de 2021, continuar a conceder financiamento da UE, incluindo 3 mil milhões de EUR até 2024 para apoiar ações na Turquia. O diálogo sobre o respeito da democracia, do Estado de direito e dos direitos das mulheres continua a fazer parte integrante das relações UE-Turquia.

Uma **nova Agenda para o Mediterrâneo**, de cariz ambicioso e inovador, adotada em 9 de fevereiro de 2021, está a contribuir para relançar e reforçar a parceria estratégica entre a UE e os seus vizinhos meridionais. A nova Agenda inclui um plano económico e de investimento específico que visa dinamizar a recuperação socioeconómica a longo prazo nos países vizinhos meridionais. Ao abrigo do novo Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional da UE, serão afetados à sua execução 7 mil milhões de EUR para o período 2021-2027, o que poderá mobilizar até 30 mil milhões de EUR em investimentos públicos e privados na região ao longo da próxima década.

A **União Africana** é um parceiro próximo da UE. Juntos, estamos a construir um futuro mais próspero, pacífico e sustentável para as pessoas de ambos os lados do Mediterrâneo. A luta contra a COVID-19 e a necessidade de abordar o seu impacto económico tornam necessário desenvolver várias prioridades de parceria com os nossos parceiros africanos, para assegurar uma abordagem comum na cimeira com a União Africana em 2022. Em conjunto, a UE e a União Africana procuram também aplicar com êxito os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.





TRABALHAR COM DEMOCRACIAS QUE PARTILHAM OS MESMOS VALORES EM TODO O MUNDO

Em 8 de maio de 2021, na **Cimeira UE-Índia**, as duas partes chegaram a acordo sobre uma parceria para a conectividade e retomaram as negociações com vista à celebração de um acordo comercial equilibrado, ambicioso, abrangente e mutuamente benéfico. Decidiram igualmente encetar negociações sobre um acordo autónomo de proteção dos investimentos e um acordo separado relativo às indicações geográficas.

A **Aliança Verde UE-Japão** foi anunciada na cimeira de 27 de maio de 2021, na sequência de uma parceria para a conectividade acordada no ano passado. Com base na Aliança Verde, ambas as partes tencionam acelerar a transição das suas economias para alcançarem a neutralidade climática, a circularidade e a eficiência em termos de recursos nas próximas décadas. A UE e o Japão realizarão ainda este ano um diálogo de alto nível sobre a saúde, centrado no financiamento sustentável.

Em 14 de junho, os dirigentes da UE reuniram-se com o primeiro-ministro Justin Trudeau na **Cimeira UE-Canadá**, que resultou no estabelecimento de uma ambiciosa **parceria estratégica no domínio das matérias-primas** e de um diálogo de alto nível sobre saúde, que trarão benefícios mútuos. A reunião confirmou o elevado grau de convergência entre a UE e o Canadá em questões fundamentais como a saúde, as vacinas, a ação climática, a biodiversidade, o comércio, as questões digitais e os assuntos externos.

A EUROPA: MODELO DA COOPERAÇÃO MUNDIAL

A parceria estratégica UE-OTAN

continua a produzir resultados concretos em benefício da comunidade euro-atlântica.

Em fevereiro de 2021, a Comissão e o alto representante apresentaram uma estratégia com vista a reforçar a contribuição da UE para o **multilateralismo assente em regras**. A estratégia apelava ao reforço das parcerias da UE por meio do estabelecimento de novas alianças com países terceiros, organizações regionais e internacionais e outros intervenientes, como as organizações da sociedade civil, a fim de promover o multilateralismo inclusivo. Em junho de 2021, a visita a Bruxelas do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, a primeira desde a sua reeleição, constituiu uma oportunidade para fazer o balanço da parceria e lançou as bases para reforçar a cooperação UE-ONU.

Na primeira reunião de sempre do **secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg**, com o Colégio de Comissários, em dezembro de 2020, foi elogiado o nível de cooperação sem precedentes entre as duas organizações. A parceria estratégica UE-OTAN continua a produzir resultados concretos em benefício da comunidade democrática euro-atlântica num grande número de domínios, incluindo a mobilidade militar, as ameaças híbridas, as interferências maliciosas estrangeiras e a ciberdefesa. Beneficiando do forte apoio dos Estados-Membros e dos aliados, a cooperação está a ser reforçada nos domínios da resiliência, das tecnologias emergentes e disruptivas, do clima e da defesa.

Num mundo onde os efeitos das crises se propagam a ritmo acelerado e os princípios da ajuda humanitária são postos em causa de uma forma quase inédita, a responsabilidade mundial da União Europeia enquanto interveniente humanitário nunca foi tão importante como agora. Em 10 de março, a Comissão adotou uma nova **perspetiva estratégica da UE em matéria de ajuda humanitária**, que define um plano destinado a reforçar o impacto humanitário mundial da União Europeia.

A UE está na vanguarda dos esforços para reforçar o comércio multilateral assente em regras. A «Revisão da política comercial» da Comissão, de fevereiro de 2021, em prol de uma política comercial aberta, sustentável e determinada, pretende definir um novo sistema de governação mundial e desenvolver relações bilaterais mutuamente benéficas, protegendo simultaneamente a UE contra práticas desleais e abusivas. Delineia a abordagem da Comissão para a **reforma da Organização Mundial do Comércio**, a fim de melhorar as suas funções essenciais: resolução de litígios, normalização e monitorização.

A Organização Mundial do Comércio desempenhou um papel fundamental para manter abertas as cadeias de abastecimento mundiais durante a crise da COVID-19, tendo lançado os alicerces para um acesso equitativo a vacinas e terapêuticas. A UE deu o exemplo, propondo a Iniciativa Comércio e Saúde que visava facilitar o comércio, eliminar as restrições à exportação e maximizar o potencial do sistema de propriedade intelectual para partilhar vacinas e terapêuticas.

Na sequência da nomeação do primeiro **alto responsável pela execução da política comercial**, em julho de 2020, a Comissão tem atribuído uma importância cada vez maior à aplicação e execução dos acordos comerciais da UE. O Regulamento de Execução alterado entrou em vigor em fevereiro de 2021, habilitando a UE a proteger os seus interesses comerciais no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

Em 19 de janeiro de 2021, a Comissão Europeia apresentou uma **nova estratégia para promover a abertura, a solidez e a resiliência** do sistema económico e financeiro da UE durante os próximos anos. A estratégia visa permitir que a Europa desempenhe melhor um papel de liderança na governação económica mundial, protegendo simultaneamente a UE contra práticas desleais e abusivas.

De 11 a 13 de junho de 2021, a presidente Ursula von der Leyen e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, representaram a UE na **cimeira dos dirigentes do G7** realizada em Carbis Bay, no Reino Unido. Na cimeira, os dirigentes chegaram a acordo sobre novos compromissos em matéria de partilha de vacinas, financiamento da luta contra as alterações climáticas e realização de progressos concretos no sentido de alcançar uma solução mundial para a tributação digital e para a reforma da Organização Mundial do Comércio. A UE aumentou para 700 milhões de EUR o apoio prestado à Parceria Global para a Educação no período de 2021 a 2027.

A UE está na vanguarda dos esforços para reforçar o **comércio multilateral assente em regras**.

5. CONSTRUIR, JUNTOS, O FUTURO DA EUROPA

É fundamental para a democracia europeia que os cidadãos saibam com quem os decisores políticos se reúnem e quem pretende influenciar a nova legislação e as novas políticas. Em 20 de maio de 2021, a Comissão assinou com o Parlamento Europeu e o Conselho o novo acordo interinstitucional sobre um registo de transparência obrigatório. O acordo, que entrou em vigor em 1 de julho de 2021, alarga o âmbito do **registo de transparência** e estabelece princípios e regras tendo em vista uma abordagem coordenada a nível da representação dos interesses à escala da UE de forma transparente e ética; cria uma cultura comum de transparência, tendo simultaneamente em conta as respetivas especificidades das instituições signatárias.

Para promover a recuperação da Europa, revela-se mais importante do que nunca legislar da forma mais eficiente possível, garantindo simultaneamente uma melhor adaptação da legislação da UE às necessidades do futuro. Para o efeito, em abril de 2021, a Comissão apresentou uma proposta para atualizar e racionalizar o processo legislativo da UE. Com a adoção da **comunicação «Legislar Melhor»**, a Comissão continua a tornar a sua abordagem legislativa tão inclusiva quanto possível, a fim de garantir que as nossas iniciativas se adaptem à finalidade visada e melhorem a vida quotidiana dos cidadãos e das empresas.

A **Conferência sobre o Futuro da Europa**, um exercício inovador em democracia participativa e deliberativa, responde ao apelo dos cidadãos no sentido de disporem de maiores possibilidades de se pronunciarem sobre o que faz a UE e como tal se reverte em seu benefício. Trata-se de saber o que é importante para os cidadãos da UE e proporciona novas vias para estes poderem debater e exercer uma maior influência na definição das futuras prioridades da UE. Nela podem participar os cidadãos de todos os quadrantes e de todas as regiões da União Europeia, com especial destaque para os jovens, sendo uma oportunidade para a «maioria silenciosa» dialogar com a UE.

Numa declaração comum assinada em 10 de março, a Presidência conjunta da Conferência, composta pelos presidentes do Parlamento Europeu, da presidência rotativa do Conselho da União Europeia e da Comissão Europeia, comprometeu-se a ter em conta as conclusões da conferência na elaboração das políticas futuras.

As atividades da conferência tiveram início em 19 de abril, quando o Conselho Executivo, composto por representantes das três instituições, lançou a **plataforma digital** da conferência, disponível nas 24 línguas oficiais da UE. Seguiu-se um evento inaugural no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, no Dia da Europa. A plataforma digital é o centro nevrálgico da conferência e a primeira do género a nível europeu em termos de escala, interatividade e multilinguismo. Reúne todas as contribuições relacionadas com a conferência, nomeadamente as provenientes das sessões deliberativas dos painéis de cidadãos da UE e dos plenários da conferência.

O primeiro evento de cidadãos da UE teve lugar em Portugal, em 17 de junho, e a sessão plenária inaugural realizou-se em Estrasburgo, em 19 de junho. Cidadãos de todas as idades e quadrantes estão atualmente a dialogar com a UE de uma forma sem precedentes. Como afirmou a Presidente Ursula von der Leyen no seu discurso sobre o estado da União de 2020, «O futuro será aquilo que fazemos dele. E a Europa será o que queremos que ela seja.»



**ESTADO
DA UNIÃO**

CRONOLOGIA

SETEMBRO

2020

18. 9

Uma União da Igualdade: a Comissão apresenta o primeiro **plano de ação da UE contra o racismo**.



24. 9

A Comissão Europeia adotou um **pacote relativo às finanças digitais**, que inclui uma estratégia no domínio das finanças digitais e propostas legislativas sobre criptoativos e resiliência digital, tendo em vista um setor financeiro da UE competitivo que faculte aos consumidores o acesso a produtos financeiros inovadores, garantindo simultaneamente a proteção desses consumidores e a estabilidade financeira.



23. 9

Um **Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo** prevê procedimentos melhorados e mais rápidos no âmbito de todo o sistema de asilo e migração e estabelece o devido equilíbrio entre os princípios de uma partilha equitativa de responsabilidades e da solidariedade.

OUTUBRO

2020

6. 10

Adoção de um **plano económico e de investimento abrangente** para promover a recuperação a longo prazo dos Balcãs Ocidentais e a integração regional.

7. 10

A Comissão adota um novo **plano a 10 anos para apoiar os ciganos na UE**.



8. 10

A Comissão aprova o contrato com a empresa farmacêutica Janssen Pharmaceutica NV, que permite aos países da UE adquirir vacinas para 200 milhões de pessoas e possibilita a aquisição de vacinas para mais 200 milhões de pessoas. A Comissão já tinha alcançado um primeiro acordo, em 14 de agosto, com a empresa farmacêutica AstraZeneca. Este acordo constituiu a base para a aquisição de 300 milhões de doses da vacina, com uma opção de compra de mais 100 milhões, em nome dos Estados-Membros da UE.

14 . 10

Pacto Ecológico Europeu: A Comissão adota uma **nova estratégia para os produtos químicos**, em prol de um ambiente sem substâncias tóxicas.

**21 . 10**

A Comissão emite pela primeira vez **obrigações de investimento social no valor de 17 mil milhões de EUR** ao abrigo do instrumento SURE da UE, com o objetivo de proteger o emprego e manter as pessoas no mercado de trabalho.

**27 . 10**

Desembolso de 17 mil milhões de EUR a favor da Espanha, da Itália e da Polónia, tratando-se da primeira parcela do apoio financeiro aos Estados-Membros ao abrigo do instrumento SURE. Até à data, 30 milhões de trabalhadores e 2,5 milhões de empresas beneficiaram do instrumento SURE. No total, a UE já disponibilizou cerca de 90 mil milhões de EUR a 19 Estados-Membros.

28 . 10

A Comissão propõe uma diretiva da UE que visa garantir que os trabalhadores na União dispõem de salários mínimos adequados que lhes permitem ter uma vida digna onde quer que trabalhem.

NOVEMBRO

2020

11 . 11

Lançamento da **Nova Agenda do Consumidor**, que visa capacitar os consumidores da UE a fim de desempenharem um papel ativo na dupla transição ecológica e digital.

**11 . 11**

São dados os primeiros passos para a criação da **União Europeia da Saúde**, que garantirá uma melhor preparação e resposta durante a atual crise e em futuras crises sanitárias.

11 . 11

A Comissão aprova o contrato com as empresas farmacêuticas BioNTech e Pfizer, que prevê a aquisição inicial de 200 milhões de doses em nome de todos os Estados-Membros da UE, bem como a possibilidade de solicitar mais 100 milhões de doses.

**12 . 11**

A Comissão apresenta a primeira **estratégia da UE para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTIQ**.

25 . 11

Apresentação de um **plano de ação da UE em matéria de igualdade e de género**, que visa fomentar a igualdade de género e promover o empoderamento das mulheres em todas as vertentes da ação externa da UE.

**25 . 11**

A Comissão aprova o contrato com a empresa farmacêutica Moderna, que prevê a aquisição inicial de 80 milhões de doses em nome de todos os Estados-Membros da UE, bem como a possibilidade de solicitar mais 80 milhões de doses.

DEZEMBRO

2020

2 . 12

Relações entre a UE e os EUA: A UE propõe uma nova agenda transatlântica para a cooperação mundial orientada para o futuro.



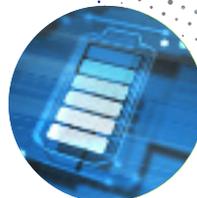
3 . 12

A Comissão apresenta um **Plano de Ação para a Democracia Europeia** para empoderar os cidadãos e construir democracias mais resilientes em toda a UE.



10 . 12

Pacto Ecológico Europeu: apresentação de uma proposta de **regulamento relativo às baterias sustentáveis**, tendo em vista uma economia circular e com impacto neutro no clima.



15 . 12

Regulamento Serviços Digitais e Regulamento Mercados Digitais: é proposta uma ambiciosa reforma do espaço digital, juntamente com um conjunto abrangente de novas regras para todos os serviços digitais.



17 . 12

Adoção pelo Conselho do **orçamento de longo prazo da UE para 2021-2027**, que ascende a 1,211 biliões de EUR a preços correntes.

21 . 12

A Comissão autoriza a **primeira vacina segura e eficaz contra a COVID-19**.



24 . 12

Após intensas negociações, a Comissão chega a **acordo com o Reino Unido** sobre as condições da sua futura relação com a UE.



27 . 12

Vacinação dos **primeiros europeus contra a COVID-19**.



JANEIRO

2021

18.1

A Comissão lança a fase de conceção da iniciativa «**novo Bauhaus Europeu**», que visa conjugar *design*, sustentabilidade e investimento para ajudar a concretizar o Pacto Ecológico Europeu.



6.1

Autorização da **segunda vacina segura e eficaz contra a COVID-19**.



29.1

A Comissão autoriza a **terceira vacina segura e eficaz contra a COVID-19**.



29.1

A Comissão adota um **mecanismo de transparência e autorização para as exportações de vacinas contra a COVID-19**.

FEVEREIRO

2021

9.2

A UE propõe uma **nova Agenda para o Mediterrâneo**, a fim de reforçar a parceria estratégica com os seus parceiros da vizinhança meridional.



10.2

O Parlamento Europeu confirma o **acordo político alcançado sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência**, principal instrumento no cerne do NextGenerationEU.

17.2

A Comissão propõe um novo plano de preparação no âmbito da biodefesa, a **incubadora HERA**, que visa preparar a Europa para a ameaça de novas variantes.

**17.2**

Apresentação de uma nova estratégia para reforçar a **contribuição da UE para o multilateralismo assente em regras**.

18.2

A Comissão estabelece uma **política comercial da UE** aberta, sustentável e determinada para os próximos anos.

**19.2**

Na cimeira do G7, a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, anuncia a **duplicação da contribuição da UE a favor do COVAX**, o mecanismo mundial de acesso universal às vacinas, que passa de 500 milhões de EUR para 1 000 milhões de EUR.

MARÇO

2021

3.3

Uma União da Igualdade: a Comissão apresenta a sua estratégia de 2021-2030 para os direitos das pessoas com deficiência, a fim de assegurar a sua plena participação na sociedade.

**4.3**

Transparência salarial: a Comissão apresenta uma proposta em matéria de transparência salarial para garantir que homens e mulheres na UE recebem a mesma remuneração por trabalho igual.

9.3

Década Digital da Europa: a Comissão delinea o rumo em direção a uma Europa proficiente no domínio digital até 2030.

4.3

O **Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais** estabelece a ambição de uma forte Europa social.

11.3

Autorização da **quarta vacina segura e eficaz contra a COVID-19** a ser utilizada na UE.

**10.3**

O Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, o Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa, em nome da Presidência do Conselho, e a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, assinam a **Declaração Conjunta sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa**.

18 . 3

Lançamento do **Conselho Europeu de Inovação**, para ajudar a transformar ideias científicas em inovações revolucionárias.

**17 . 3**

A Comissão propõe a criação de um **certificado digital** para facilitar a livre circulação em segurança na UE durante a pandemia de COVID-19.

25 . 3

Pacto Ecológico Europeu: a Comissão apresenta medidas para **estimular a produção biológica**.

**24 . 3**

A UE estabelece um novo quadro político abrangente para garantir a **proteção de todos os direitos das crianças** e propõe a criação de uma **Garantia Europeia para a Infância**.

ABRIL

2021

14 . 4

Para dismantlar os modelos de negócio das organizações criminosas internacionais, a Comissão apresenta uma **estratégia da UE para combater a criminalidade organizada**, juntamente com uma nova **estratégia de luta contra o tráfico de seres humanos**, que visa prevenir a criminalidade, reprimir os traficantes e empoderar as vítimas.

**15 . 4**

O novo **Acordo de Parceria** entre a UE e os membros da **Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico** estabelece o quadro para a cooperação política, económica e setorial para os próximos 20 anos.

21 . 4

A Comissão propõe novas regras e ações para a **excelência e a confiança na inteligência artificial**, com o objetivo de transformar a UE no polo mundial da inteligência artificial fiável.

**21 . 4**

Finanças sustentáveis e taxonomia da UE: a Comissão toma novas medidas para canalizar fundos para atividades sustentáveis.

MAIO

2021

5.5

Atualização da **estratégia industrial da UE** de modo a assegurar que a ambição da Europa para o seu setor industrial tenha plenamente em conta as novas circunstâncias decorrentes da crise da COVID-19 e contribua para impulsionar a transição para uma economia mais sustentável, digital, resiliente e competitiva a nível mundial.



8.5

Na reunião de dirigentes UE-Índia, no Porto, e por videoconferência, a União Europeia e a Índia celebram uma parceria de conectividade abrangente, confirmando o seu empenho em colaborar a favor de uma conectividade resiliente e sustentável, tanto na Índia como noutras regiões e países terceiros.



12.5

A Comissão adota o **plano de ação da UE «Rumo à poluição zero no ar, na água e no solo»**, a fim de orientar a UE rumo ao objetivo de assegurar um planeta saudável para cidadãos saudáveis até 2050.



17.5

Pacto Ecológico Europeu: a Comissão propõe uma **economia azul sustentável** na UE para as indústrias e os setores relacionados com os oceanos, os mares e as zonas costeiras.



7-8.5

Na **Cimeira Social do Porto**, as instituições da UE, os parceiros sociais europeus e as organizações da sociedade civil comprometem-se a envidar todos os esforços para construir uma Europa mais social e mais inclusiva.

9.5

No **Dia da Europa 2021**, realiza-se em Estrasburgo o evento inaugural da Conferência sobre o Futuro da Europa.

15.5

Na **Cimeira sobre o Financiamento das Economias Africanas**, a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, anuncia uma iniciativa da Equipa Europa para apoiar a recuperação de África na sequência da pandemia de COVID-19.

18.5

Adoção de uma **comunicação sobre a fiscalidade das empresas no século XXI**, a fim de promover um sistema de tributação das empresas robusto, eficiente e justo na UE.

20.5

A Comissão assina um **terceiro contrato com as empresas farmacêuticas BioNTech e Pfizer**, reservando 1,8 mil milhões de doses adicionais destas vacinas, em nome de todos os Estados-Membros da UE, entre o final de 2021 e 2023.



20.5

Os Estados-Membros acordam em reabrir a UE aos viajantes vacinados provenientes de países terceiros.

21.5

A presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, anuncia uma **iniciativa da Equipa Europa, no valor de 1 000 milhões de EUR**, em prol do fabrico e do acesso a vacinas, medicamentos e tecnologias da saúde em África.



21.5

Na **Cimeira Mundial da Saúde**, coorganizada pela presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e pelo primeiro-ministro italiano, Mario Draghi, os líderes do G20 comprometem-se a empreender uma série de ações destinadas a acelerar o fim da crise da COVID-19 em todo o mundo e a preparar-se melhor para futuras pandemias.

25.5

Desembolso de 14,1 mil milhões de EUR a favor de 12 Estados-Membros, a título de sétima parcela do **apoio financeiro ao abrigo do instrumento SURE**.



26.5

A Comissão apresenta orientações para reforçar o **Código de Conduta sobre Desinformação**, o primeiro instrumento deste tipo a nível mundial.

28.5

A UE define um pacote de apoio económico no valor de 3 mil milhões de EUR a favor de uma futura **Bielorrússia democrática**.



31.5

Ratificação da decisão relativa aos recursos próprios por todos os Estados-Membros, que permite à Comissão começar a contrair empréstimos para financiar a recuperação ao abrigo do NextGenerationEU.

JUNHO

2021

1.6

Lançamento da Procuradoria Europeia, um novo capítulo na luta contra a criminalidade transfronteiras.



2.6

A Comissão apresenta uma nova estratégia para tornar mais forte e resiliente o maior espaço de livre circulação do mundo, ou seja, o espaço Schengen.



3.6

A Comissão propõe um quadro europeu para a identidade digital segura e fiável, que estará disponível para todos os cidadãos, residentes e empresas da UE.



15.6

Na cimeira em Bruxelas, os dirigentes da UE e dos EUA comprometem-se a pôr termo à pandemia de COVID-19 e a impulsionar a recuperação mundial.



JULHO

2021

6.7

A fim de reforçar o seu nível de ambição em matéria de financiamento sustentável, a Comissão adotou a **proposta de Norma para as Obrigações «Verdes» Europeias**, que cria uma norma voluntária de elevada qualidade para o financiamento de investimentos sustentáveis.

14.7

A Comissão Europeia adota um pacote de propostas para adaptar as políticas da UE em matéria de clima, energia, uso do solo, transportes e fiscalidade, tendo em vista reduzir, em termos líquidos, as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030, face aos níveis de 1990.



16.7

A nova **estratégia de silvicultura da UE** destina-se a salvaguardar a existência de florestas saudáveis e resilientes, suscetíveis de contribuir significativamente para alcançar os objetivos em matéria de biodiversidade e de clima.

20.7

O Estado de direito em 2021: o relatório da UE revela uma evolução positiva nos Estados-Membros, mas salienta igualmente a existência de preocupações graves.



20.7

Combater a criminalidade financeira: a Comissão reformula as regras em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo.

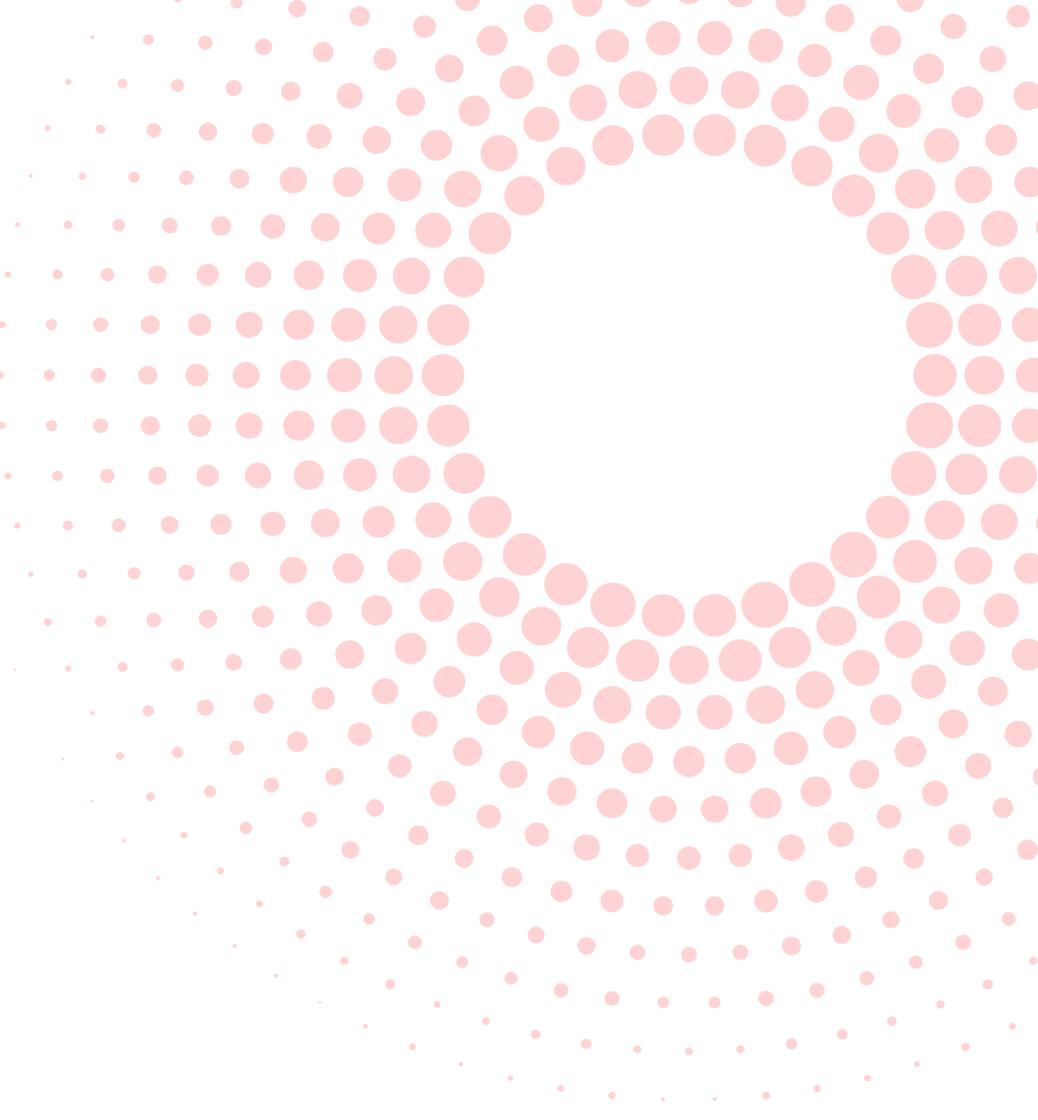
AGOSTO

2021

25.8

Desde dezembro de 2020, **administraram-se na UE 522,4 milhões de doses de vacina** e mais de 250 milhões de cidadãos da UE estão inteiramente vacinados.





A Comissão Europeia não é responsável, em caso algum, pelas eventuais consequências da reutilização desta publicação.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2021

© União Europeia, 2021



A política de reutilização dos documentos da Comissão Europeia é regida pela Decisão 2011/833/UE da Comissão, de 12 de dezembro de 2011, relativa à reutilização de documentos da Comissão (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

Salvo indicação em contrário, a reutilização do presente documento é autorizada ao abrigo da licença «Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)» da Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>). Tal significa que a reutilização é autorizada desde que seja feita uma menção adequada da origem do documento e que sejam indicadas eventuais alterações.

Para qualquer utilização ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da União Europeia, pode ser necessário obter autorização diretamente junto dos respetivos titulares dos direitos.

